



Índice

- 01** [Indígenas obtêm direito à extração de matéria-prima em terreno da UFRGS](#)
- 02** [Indígena que foi atropelada morre na UTI de hospital em Dourados](#)
- 03** [Campeonato Amador de Canarana é concluído com equipe indígena como vencedora](#)
- 04** [Projeto promove práticas indígenas e conservação ambiental](#)
- 05** [Ainda sem acordo, indígenas vão seguir com bloqueio de rodovia](#)
- 06** [Centros multiuso garantem inclusão digital de quilombolas na Chapada Diamantina](#)
- 07** [No Baixo Pantanal, Programa Povo das Águas assistiu 206 famílias ribeirinhas](#)
- 08** [Barco da SEAS segue programação de viagens assistenciais](#)
- 09** [Financiamento é o principal desafio da ciência no Brasil](#)
- 10** [Pretos, pardos e índios são menos de um terço dos candidatos ao Senado](#)
- 11** [Alemão vive na Amazônia e tem até RG que diz que ele é índio](#)
- 12** [Parceiros definem ações para Justiça Itinerante no Baixo Madeira](#)
- 13** [Funai e Saúde discutem ações para a proteção de índios isolados](#)
- 14** [Carta aberta do Povo Krikati](#)
- 15** [MPF recomenda que o Incra realize demarcação de assentamento em Santarém](#)
- 16** [Travada no Congresso, PEC torna Caatinga e Cerrado patrimônio nacional](#)
- 17** [Índios da Amazônia fazem contato pela primeira vez... e pegam gripe](#)



-
- 18** Seminário em Altamira irá debater qualidade da água de Belo Monte
 - 19** "O desenvolvimento virou um deus, e a gente não pode ir contra ele", critica pesquisador
 - 20** Povos Indígenas: Excluídos, Esquecidos, Explorados e Perseguidos
 - 21** Mais uma tentativa de fazer gracinha: "PEC proíbe desapropriação de terra produtiva para demarcação"
 - 22** Arqueologia pelas Gentes: Pela paralisação da pesquisa arqueológica em solidariedade aos povos do Tapajós
 - 23** Lutas do povo Terena por moradia em Campo Grande revelam a omissão dos governos em todas as esferas
 - 24** Os indígenas da Amazônia estão em risco. O grito de alarme de um bispo
 - 25** Povos indígenas de todo o mundo afirmam que tem sido ignorados na luta contra o HIV. Brasileiros não estão representados
 - 26** Indígenas: Os povos mais esquecidos e desfavorecidos do mundo
 - 27** Para sensibilizar governador, indígenas relatam acidentes em rodovia
 - 28** Terras indígenas têm menor índice de desmatamento na Amazônia Legal
 - 29** Porque Retomamos a Aldeia Sol Nascente, na Terra Indígena Jaraguá
 - 30** Servidores da Sercomtel, de Londrina, vão ajudar aquecer inverno dos índios



Indígenas obtêm direito à extração de matéria-prima em terreno da UFRGS

SÍTIO PROMAD, 22.07.2014

Integrantes do grupo indígena Kaingang, de Porto Alegre (RS), obtiveram importante conquista em decisão proferida pela Justiça Federal no final de maio deste ano. À comunidade foi assegurado o acesso definitivo para fins de extração de matéria-prima em localidade a qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) requereu reintegração de posse em 2010.

Os indígenas ocuparam o terreno localizado no Morro Santana em 2010, por motivo de protesto. No mesmo ano foi deferida liminar em favor da universidade para a reintegração de posse. A Defensoria Pública da União em Porto Alegre, por meio do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva (DHTC), ao recorrer da decisão, conseguiu que ela fosse parcialmente reformada para permitir o acesso da comunidade ao local para extração de ervas medicinais e cipós.

A Defensoria passou a ser procuradora da causa após os advogados da comunidade indígena renunciarem ao mandato. A DPU requereu que fosse apreciado o parecer socioantropológico produzido pelo Setor de Sociologia da instituição e que fosse resguardado o direito à posse pela universidade, a fim de garantir o livre trânsito dos indígenas da etnia Kaingang, em especial dos grupos que compõem a chamada Comunidade Kaingang do Morro Santana.

Indigenato

Dentre os fundamentos de defesa da comunidade indígena foi argumentado que a matéria objeto de discussão na ação estaria diretamente relacionada ao instituto possessório indígena, não estando regida, portanto, pelas normas de Direito Civil no que se refere à posse civil. Argumentou-se também que o direito indígena à posse de suas terras é considerado, pela Constituição Federal, um direito originário. Essa relação é fundada no instituto do indigenato, o qual tem base constitucional, daí a sua aplicação incondicional, conforme o art. 230 da CF.

Segundo a defensora, “quando se trata de indigenato, não se perquire o título registrado, para legitimar a propriedade, nem se investiga a posse por meio da natureza da utilização da terra. A investigação relaciona-se com o emprego da tradição de seus antepassados e de seus costumes peculiares na ocupação da terra e na sua estreita ligação com a natureza, de onde extraem seu meio de sobrevivência”.

Alegou-se ainda que a posse indígena tem como um de seus elementos a prática da atividade produtiva, tendo em vista que é da cultura indígena a destinação útil do seu ambiente, quer seja na moradia, quer seja na extração dos recursos. No caso, restou amplamente demonstrado que a Comunidade Kaingang utilizava-se exclusivamente da matéria-prima extraída do Morro Santana para a confecção de artesanato, cujo fruto é o que colabora com seus meios de subsistência, e ainda, com a difusão da cultura indígena em Porto Alegre.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

Durante a instrução processual, a UFRGS apresentou as escrituras públicas de propriedade do imóvel, além de argumentar que no local funcionou, durante muito tempo, o Observatório Astronômico da instituição. Frente a isso, a juíza federal substituta Clarides Rahmeier entendeu que os elementos apresentados nos autos não permitiram comprovar o direito à área conforme pleiteado pelos índios. No entanto, acolheu o pedido de Defensoria diante do fato de que a comunidade utilizava o local para extração de matéria-prima há mais de 20 anos, tendo então julgado parcialmente procedente a ação, concedendo em definitivo a reintegração de posse do imóvel à UFRGS e assegurando o acesso da Comunidade Kaingang ao local para extração de matéria-prima. Da decisão, nenhuma das partes recorreu, e o processo transitou em julgado.

A Defensoria Pública da União continuará acompanhando a comunidade indígena no que tange ao processo de demarcação de terras, que se encontra em fase de estudos antropológicos.

Fonte: Âmbito Jurídico - <http://www.ambito-juridico.com.br/>



Indígena que foi atropelada morre na UTI de hospital em Dourados

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 22.07.2014

Morreu na tarde desta segunda-feira (21) a indígena Lenilza Nunes, de 42 anos. Ela estava internada no Hospital da Vida de Dourados (MS) desde domingo (20), quando foi atropelada em um trecho da MS-156.

A vítima teria sido atingida por um veículo Fiat Uno ao tentar atravessar a pista da Perimetral Norte, próximo ao bairro Monte Carlo.

Socorrida, ela foi encaminhada para a unidade hospitalar com traumatismo craniano.

Lenilza não resistiu aos ferimentos e morreu na UTI (Unidade de Terapia Intensiva). (douradosinforma)



Campeonato Amador de Canarana é concluído com equipe indígena como vencedora
SÍTIO O REPORTER DO ARAGUAIA, 22.07.2014

A equipe da Aldeia Etenhiritipá entrou para a história do município como a primeira equipe indígena a ganhar um campeonato municipal de Canarana. Ela conquistou no último domingo (20/07), o título de vencedora do Campeonato Municipal de Futebol Amador. A equipe adversária (Juventus) bem que tentou várias vezes, mas o Etenhiritipá foi melhor, conseguiu marcar um gol e mostrou que futebol também é esporte indígena.

A disputa da final foi realizada no Estádio Municipal Elídio Corbari, onde no mesmo dia as equipes São Bento e Morená se enfrentaram anteriormente pela posição do terceiro lugar do campeonato, tendo o São Bento como vencedor por 2 a 0. Na cerimônia de encerramento teve apresentações de capoeira, dança indígena e sorteio de vários brindes doados por empresas apoiadoras do campeonato.

Realizado de 12/04 a 20/07 pela Prefeitura de Canarana e a Secretaria Municipal de Esportes, o campeonato proporcionou uma premiação de quase 20 mil reais para os melhores participantes, além de ter disponibilizado como incentivo para cada uma das 17 equipes inscritas, uma bola profissional e mil reais.



Projeto promove práticas indígenas e conservação ambiental

SÍTIO MERCADO ÉTICO, 22.07.2014

Atualmente, a população indígena do Brasil é de aproximadamente 900 mil pessoas. Destes, 520 mil (57,7%) vivem nas 687 terras indígenas e 380 mil fora delas. Além de garantir o bem-estar e a reprodução física e cultural destes povos, as terras indígenas, que correspondem atualmente a quase 13% do território nacional, são verdadeiras áreas de proteção ambiental.

Imagens de satélite revelam que as terras habitadas pelos povos indígenas são as mais preservadas frente à expansão da fronteira econômica e ao desmatamento, sobretudo na Amazônia. Esse quadro coloca essas populações e seus territórios em uma posição crucial no âmbito das políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Mas foram necessárias quase duas décadas depois da promulgação da Constituição 1988 para que a população indígena começasse a perceber a evolução de seus direitos e deveres em relação a estes territórios, até então limitados – na maioria das vezes – à simples demarcação de terras por parte do Estado. Foi quando diferentes atores da sociedade civil organizada, cooperação internacional e articulação nacional de grandes organizações indígenas regionais deram início, em conjunto com o Estado brasileiro, ao processo de construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Estes anseios se transformaram em realidade com o decreto presidencial de junho de 2012, que criou a PNGATI.

O projeto-piloto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Projeto GATI) surge neste contexto da discussão a respeito de uma política de âmbito nacional, a partir de proposta encaminhada ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

Aprovado pelo GEF no final de 2009, e implementado a partir de 2010, o projeto tem o objetivo de fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, além de contribuir com o reconhecimento das terras indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural dos biomas florestais brasileiros. Além disso, o GATI cria condições para que as comunidades indígenas sejam protegidas, melhorem a autoestima, empoderem suas vidas e tenham a valorização histórica, cultural e produtiva que merecem.

“Este projeto vem para corresponder às demandas que existem há muito tempo nas comunidades indígenas. O PNUD vem ajudando a fazer esta ponte entre a sociedade indígena e os demais parceiros no Brasil e no mundo, mostrando seu interesse nessas comunidades tradicionais. É muito bom ter o PNUD como parceiro e os povos indígenas agradecem esta parceria”, afirma Edson Bakairi, membro do Comitê Diretor do GATI, representante da Articulação do Mato Grosso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

O Projeto GATI é uma parceria do movimento indígena brasileiro, Funai, MMA, GEF, PNUD e The Nature Conservancy. Em 2013, as ações do GATI se intensificaram, com o apoio de mais de 50 iniciativas indígenas das suas áreas de referência, por meio de Microprojetos Indígenas – uma modalidade de financiamento para pequenos projetos cujas atividades envolvem plantios agroflorestais, roças agroecológicas, educação ambiental e valorização das práticas e conhecimentos tradicionais.

(PNUD)



Ainda sem acordo, indígenas vão seguir com bloqueio de rodovia

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 22.07.2014

Fonte: Thalyta Andrade/Dourados News

O bloqueio da Perimetral Norte, em Dourados, que acontece desde o fim da tarde do último domingo, permanece por tempo indeterminado. O grupo de indígenas que ocupa o local e bloqueou a pista com pneus, galhos secos, entre outras barreiras, promete não sair da via enquanto quebra molas e sinalização não forem instalados.

Ontem, o secretário municipal de governo, José Jorge Filho, esteve na Perimetral para conversar com lideranças. Filho alegou que a prefeitura não tem responsabilidade pela via, e disse que a administração municipal intermediaria uma audiência com o governador André Puccinelli, o que não aconteceu até o momento.

“Enquanto não conversarmos com ninguém que possa de fato resolver o nosso drama, não vamos nos retirar. Temos seis mortes de indígenas aqui e não queremos mais sangue derramado. A comunidade vai permanecer aqui e podemos fechar outros lugares se nada caminhar”, explicou a liderança da aldeia Bororó, Gaudêncio Benitez.

Já o possível fechamento da MS-156, que liga Dourados a Itaporã, está descartado momentaneamente. Isso foi o que garantiu a liderança da aldeia Jaguapiru, Laucídio Ribeiro Flores.

“Apoiamos o movimento na Perimetral, e o possível fechamento da MS-156 seria em apoio à greve dos professores. Mas, ontem foi votado o reajuste para a categoria e resolvemos não fechar a rodovia por enquanto”, explicou Flores.

Equipes da Força Nacional acompanham o movimento dos indígenas na Perimetral Norte e orientam motoristas. O bloqueio da Perimetral teve início após o atropelamento de uma indígena de 46 anos, que acabou falecendo ontem no Hospital da Vida. De acordo com representantes do Conselho Indígena, esta foi a sexta morte na rodovia nos últimos meses.



Centros multiuso garantem inclusão digital de quilombolas na Chapada Diamantina
SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 22.07.2014

As pequenas comunidades rurais de Cabeça da Vaca, Cariacá e Jibóia, no município de Senhor do Bonfim, e de Baixão Velho, Serra do Queimadão e Agreste, em Seabra, na região da Chapada Diamantina, ganharam este mês cadeiras, mesas, aparelhos de ar condicionado e computadores, que são indispensáveis ao bom funcionamento e estrutura dos centros multiuso e pontos digitais dessas localidades.

Os equipamentos, fornecidos pelo Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombos (Projeto Quilombolas), vão garantir a inclusão digital de centenas de famílias. A iniciativa fecha o ciclo das ações desenvolvidas pelo projeto, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir).

De acordo com o presidente da Associação Quilombola de Cabeça da Vaca I, Rafael Oliveira dos Santos, a comunidade tem muito a agradecer pelos benefícios alcançados, por meio do projeto Quilombolas e do Escritório Regional da companhia em Juazeiro.

Ele destacou que as melhorias abrangem desde a capacitação para a elaboração dos convênios dos centros multiuso e sanitários residenciais, até a capacitação dos jovens nos cursos de informática básica e manutenção de computadores. "As capacitações, além de trazerem desenvolvimento, estão possibilitando o treinamento de outros jovens da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade do ensino e ampliação do acesso à informação".

Espaços culturais

Já o presidente da Associação Quilombola de Cariacá e Adjacências, Valmir dos Santos, ressaltou que a comunidade, ao participar da capacitação, percebe mais a necessidade de se manter informada. "As lideranças e moradores passaram a conhecer mais os programas dos governos estadual e federal. Com esse projeto, as comunidades conseguiram construir seus centros culturais de múltiplo uso, utilizados para atividades diversas, concretizando um sonho".

Segundo o representante da comunidade de Cariacá, hoje os quilombolas possuem o centro cultural, que tem um salão para reuniões e escritório, onde podem ser arquivados os documentos e materiais da associação, além de uma cantina com equipamentos de cozinha comunitária, dois banheiros e um Infocentro. "É nesse Infocentro que realizamos cursos de capacitação e aperfeiçoamento para jovens e adultos da comunidade".



No Baixo Pantanal, Programa Povo das Águas assistiu 206 famílias ribeirinhas
SÍTIO PÉROLA NEWS, 22.07.2014

A terceira edição de 2014 do Programa Social Povo das Águas atendeu 206 famílias ribeirinhas da parte baixa do Pantanal corumbaense. Os trabalhos começaram no dia 14 de julho, na região do Porto Formigueiro, e foram concluídos em Porto Morrinho no dia 17. O Porto da Manga, Porto Esperança e toda a área de Forte Coimbra também foram assistidos pela equipe multidisciplinar da Prefeitura de Corumbá.

Na área da Educação, as profissionais da Secretaria Municipal promoveram diversas atividades lúdicas e motoras com mais de 150 crianças ribeirinhas. Contação de história, dramatização, movimentos corporais, cantigas de roda, teatro de fantoches, pintura facial e construção de brinquedos foram desenvolvidas em cada um dos portos visitados.

A agricultura familiar foi outro foco da ação social. Um representante da Secretaria Municipal de Produção Rural ensinou técnicas para criação de minhoca, produção de humos, mudas e hortas. O serviço beneficiou 90 pessoas da parte baixa do Pantanal corumbaense. Ao mesmo tempo, a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania atendeu quase 600 pessoas com diversos serviços.

Foi feito o levantamento da necessidade de documentação pessoal dos ribeirinhos, inscrição e atualização de dados no Cadastro Único (CadÚnico), além de orientações sobre aposentadoria rural e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para idosos e deficientes. Os profissionais ainda inscreveram os interessados em participar dos cursos de produção artesanal com aguapés e de panificação, ambos previstos para acontecer neste mês.

Outra área bastante procurada pelos ribeirinhos foi a Saúde. Durante os cinco dias, os profissionais da Secretaria de Saúde realizaram 235 consultas médicas, 201 procedimentos odontológicos e 302 atendimentos de enfermagem. Foram distribuídas ainda 140 doses de vacinas diversas, inclusive contra a Influenza A – H1N1, e 108 animais foram imunizados contra a raiva.

Os pescadores e catadores de iscas que sofrem com dores crônicas tiveram a oportunidade de receber sessões de fisioterapia, inclusive acupuntura. Ainda no setor da Saúde Pública, 115 pessoas foram pesadas e medidas, de acordo com as determinações do programa Bolsa Família, do Governo Federal.

A Segurança Pública também foi abordada durante o Programa Povo das Águas. A delegada titular do 1º DP, Joilce Ramos, realizou palestras e orientações sobre diversos temas, entre eles a violência contra a mulher. O trabalho fechou o ciclo iniciado em 2013, quando ela esteve na parte Alta e Média do Pantanal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

Um militar do 3º Grupamento do Corpo de Bombeiros integrou a equipe da Prefeitura. Ele ensinou técnicas de primeiros socorros e noções básicas de atendimento em caso de ataque de animais peçonhentos (cobra, escorpiões e abelha).

Por: Da Redação



Barco da SEAS segue programação de viagens assistenciais

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 22.07.2014

Além do transporte, os ribeirinhos têm alimentação e até água mineral gratuitas no decorrer da viagem. A próxima está prevista para 11 de agosto, com destino ao rio Preto.

Dando continuidade ao trabalho assistencial aos ribeirinhos, o barco Deus é Amor, locado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) para atender ao Núcleo de Proteção às Populações Tradicionais (NPPT), saiu na manhã desta segunda-feira (21) do Cai n'Água, em Porto Velho, com destino ao rio Machado, na região de Ji-Paraná.

Conforme o gerente do núcleo, Rone Lemos, essa é a 12ª viagem do ano da embarcação, que mensalmente realiza uma viagem do rio Madeira para o rio Machado e outra para o rio Preto, transportando os moradores com seus produtos agrícolas para ser comercializados na Capital; ou que necessitam resolver algum problema de saúde, receber benefícios, entre outros serviços. A média de passageiros por dia é de 120.

Além do transporte, os ribeirinhos têm alimentação e até água mineral gratuitas no decorrer da viagem. A próxima está prevista para 11 de agosto, com destino ao rio Preto.

Para o agricultor Pedro Cassiano, 66 anos, morador do distrito de Demarcação, o serviço prestado pela Seas é uma forma de inclusão social importante porque tira as populações ribeirinhas do anonimato, facilitando a comercialização dos seus produtos na cidade de forma gratuita. Segundo ele, se fosse para pagar passagem seriam pelo menos R\$ 120 por viagem (ida e volta).

"Esse barco é muito importante para nós ribeirinhos, pois nas demais embarcações qualquer mercadoria custa R\$ 10", disse Luiza do Espírito Santo, 45 anos, que seguia destino ao rio Preto com o esposo e um filho de 11 anos. "Se não fosse esse barco até meu filho pagaria passagem e é o mesmo valor do adulto", completou.

Ainda segundo Rone Lemos, mesmo durante a cheia a embarcação manteve a programação de viagens estabelecida para 2014.

Confira abaixo as próximas viagens ainda para este ano:

Rio Preto	Agosto	11.08.14
Rio Machado	Agosto	25.08.14
Rio Preto	Setembro	08.09.14
Rio Machado	Setembro	22.09.14
Rio Preto	Outubro	13.10.14
Rio Machado	Outubro	27.10.14
Rio Preto	Novembro	10.11.14
Rio Machado	Novembro	24.11.14
Rio Preto	Dezembro	08.12.14
Rio Machado	Dezembro	15.12.14



Financiamento é o principal desafio da ciência no Brasil

SÍTIO TERRA, 22.07.2014

partir desta terça até domingo, a cidade de Rio Branco (AC) sedia um dos maiores fóruns para a difusão dos avanços da ciência e para debates de políticas públicas do País, a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Às vésperas do evento, que ocorre desde 1948, a presidente da entidade, Helena Nader, conversou com a Agência Brasil.

Para ela, a participação de indígenas e extrativistas nesta edição do encontro será fundamental. Depois de 14 anos de espera, a comunidade científica vê avançar no Congresso um projeto de lei que trata do acesso à biodiversidade. O projeto foi encaminhado pelo Executivo no fim de junho e deve tramitar em regime de urgência. "O momento é ideal, porque essa legislação influencia diretamente a esses dois grupos", defende a presidenta da SBPC.

Durante a entrevista, ela citou a falta de financiamento como o principal entrave da ciência brasileira nos dias atuais. "Enquanto nós investimos 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto), a China investe mais de 3%", afirmou a cientista. "Se não tiver recursos, o Brasil não vai dar o salto", disse a presidente da SBPC.

Helena Nader ressaltou os preparativos para levar a reunião ao extremo oeste do País. Os voos estão esgotados, assim como as reservas nos hotéis. No entanto, até a semana passada, o encontro tinha menos inscritos que edições de anos anteriores. Até o momento, são 4,5 mil inscritos contra 22,9 mil no ano passado, em Recife (PE), e 11,9 mil, em São Luís (MA), em 2012. O número ainda pode crescer. A expectativa dos organizadores é reunir de 10 a 12 mil pesquisadores.

Leia a entrevista de Helena Nader:

Agência Brasil: Quais são as novidades da 66ª Reunião da SBPC e qual será a importância da participação de indígenas e extrativistas?

Helena Nader: Este ano, teremos o Dia da Família na Ciência [ou SBPC Família]. Queremos trazer a família para dentro da SBPC, com atividades voltadas para esse público. Queremos desmistificar a ciência, mostrando para todos que ela está presente no dia a dia. Teremos palestras, atividades lúdicas, isso é uma novidade. A SBPC Indígena ocorre já há dois anos. A gente tem trazido as populações tradicionais para mais perto da comunidade científica com mais frequência. Nesta edição isso será especialmente importante porque recentemente, depois de 14 anos, o projeto de lei de acesso à biodiversidade foi encaminhado ao Congresso. Infelizmente, com um rótulo de regime de urgência. A gente espera que isso seja retirado. O projeto é bom, traz avanços, mas tem que ser melhor discutido. O momento é ideal para ter essas duas reuniões (SBPC Indígena e SBPC Extrativista), porque essa legislação influencia diretamente esses dois grupos.

CONT.



Agência Brasil: Por que a escolha do Acre? Como estão os preparativos?

Helena Nader: São os Estados e as universidades que se candidatam, o Acre pediu para sediar o que chamou de a maior das Copas, a da educação e da ciência. A organização está fantástica. As pessoas da cidade estão muito envolvidas. Infelizmente, não tem mais pessoas vindo porque estourou o número de acomodações, embora muita gente esteja sendo acomodada em casas de estudantes e em casas de família. A enchente do Rio Madeira bloqueou o acesso a Rio Branco, que depende de uma balsa. Há hotéis novos que estão prontos, mas faltam algumas etapas. Há móveis que não conseguiram chegar. Mas isso não impede de fazermos uma grande reunião. Vamos ver a importância da Amazônia. O Estado do Acre foi o que menos desmatou, mas nos últimos anos, 2012 e 2013, no Brasil, o desmatamento que vinha caindo, cresceu. Isso é um sinal vermelho. Vai precisar ter o desmatamento em alguns lugares, isso é óbvio, porque tem que dar condições de vida para a população, mas tem que fazer isso com equilíbrio.

Agência Brasil: Na pauta da ciência e tecnologia, qual o maior desafio atual?

Helena Nader: Os principais desafios continuam sendo o financiamento e um fluxo constante de financiamento. O Brasil melhorou, mas ainda está muito aquém do que precisa para dar aquele salto. Continuamos na 13ª posição em termos de publicação em periódicos indexados (registrados e avaliados). Nosso impacto, em termos de publicações, tem aumentado, mas ainda está aquém do que o Brasil pode fazer. Enquanto nós investimos 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto), a China investe mais de 3%. Para que façamos nosso gol, precisaríamos chegar a 2%. Por isso, lutei tanto pelos royalties do petróleo [que foram destinados para saúde e educação]. Vou continuar lutando pelo Fundo Social [do pré-sal], 50% vai para educação e saúde. Ainda tem mais 50%, vamos tentar por 10% em ciência. Se não tiver recursos, o Brasil não vai dar o salto. O setor empresarial também tem que investir mais. O governo é o que mais investe. O investimento, em muitos lugares, está meio a meio, mas há lugares onde o governo investe 100% e o setor empresarial, zero.

Agência Brasil



Pretos, pardos e índios são menos de um terço dos candidatos ao Senado

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 22.07.2014

Mais da metade da população brasileira, porém, é composta pelas três raças, segundo o IBGE

Dois em cada três candidatos ao Senado nas Eleições 2014 se declaram brancos. O outro terço das candidaturas é composto por pretos, pardos e índios, aponta levantamento inédito feito pelo R7 com base nos dados disponibilizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) neste ano.

Esta é a primeira eleição em que o sistema de divulgação de candidaturas da Corte inclui a cor de pele dos candidatos.

Entre os 180 candidatos ao Senado nas 27 unidades da Federação, 123 (68,3%) se declaram brancos, 39 (21,7%) se declaram pardos, 15 (8,3%) se declaram pretos, e três (1,7%) se declaram indígenas. Ao todo, pretos, pardos e índios são 31,7%. Nenhum candidato declarou ter origem oriental.

A proporção de brancos entre os candidatos é superior à da população em geral. De acordo com o Censo 2010, 47,7% dos 190 milhões de habitantes do País se declaram brancos; 43,1% se declaram pardos; 7,6% se declaram pretos; 0,4% se declara indígena; e 1,1% se declara amarelo.

A denominação "preto", em vez de "negro", é usada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Na categoria amarela, entram pessoas que se declaram de origem japonesa, chinesa e coreana.

Regiões

Entre as grandes regiões do Brasil, a área em que ocorre maior diferença entre a proporção de brancos candidatos e de brancos na população é a Centro-Oeste. A discrepância é de 35,9 pontos percentuais. Entre os candidatos, 77,8% se declaram brancos; entre a população, 41,8% se declaram brancos.

Norte e Nordeste têm discrepâncias semelhantes (de 34,9 e 30,2 pontos percentuais, respectivamente). No Sul e no Sudeste, a diferença, em pontos percentuais, é mais baixa do que no resto do País (17,0 e 15,8 respectivamente).

Os dados foram tabulados pelo R7 entre quarta-feira (16) e sexta-feira (18). As proporções ainda podem sofrer variações, pois os dados não estão totalmente consolidados. Questionado, o TSE afirmou que deve divulgar estatísticas referentes a outros cargos em breve.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

No Congresso, tramita Proposta de Emenda Constitucional que define cotas raciais para candidaturas a deputado federal e estadual. O Senado não está incluído no projeto.

No ano passado, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou parecer favorável à proposta no ano passado.

Alemão vive na Amazônia e tem até RG que diz que ele é índio

SÍTIO MIDIA NEWS, 22.07.2014

Sua história teria deixado as pessoas surpresas em qualquer outro lugar



DO G1

No final dos anos 60, um homem apareceu no Estado do Acre, no meio da região amazônica. Ele usava um pano amarrado sobre os genitais e uma pena, carregava um arco e dizia que era Tatunca Nara, chefe de Ugha Monulala. Ninguém nunca tinha ouvido falar de uma tribo indígena com aquele nome. Além disso, o homem não se parecia em nada com um índio. Ele era branco e falava com um forte sotaque francês.

Ele dizia que tinha herdado o sotaque de sua mãe, explicando que ela era uma freira alemã que havia sido levada pelos índios. Seu povo, segundo ele, vivia em uma cidade subterrânea chamada Akakor, e o alemão era a única língua falada lá – resultado da prole de 2.000 soldados nazistas que viajaram pela Amazônia em submarinos.

Sua história teria deixado as pessoas surpresas em qualquer outro lugar. Mas histórias bizarras não são incomuns na região amazônica, então ninguém deu muita atenção a Tatunca Nara.

Por outro lado, ele era simpático e sua aparição não teria resultado em muita coisa se não

CONT.



tivesse chamado a atenção de Karl Brugger, um correspondente da rede de televisão alemã ARD na época. Ele visitou Tatum Nara em Manaus e gravou a história em 12 fitas de áudio.

Segundo Brugger: "foi a história mais estranha que já ouvi". Era uma história de visitantes extraterrestres, ritos secretos de "anciãos" e incursões de "bárbaros brancos", todas descritas exaustivamente e em grande detalhe, e sem interrupções "desde o ano zero até o presente".

Mais surpreendente ainda foi o fato de que o livro de Brugger, "The Chronicle of Akakor" ["A Crônica de Akakor"], tenha desfrutado de certo sucesso. Nos círculos Nova Era, as histórias de Tatum foram estudadas como se fossem Manuscritos do Mar Morto. Elas incluíam trechos como: "cinco dias vazios no final do ano são dedicados à adoração de nossos deuses."

O oceanógrafo Jacques Cousteau contratou Tatum como guia quando explorou a região com seu barco, o Calypso, em 1983. O filme de aventura "Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal", de 2008, é sobre uma cidade submersa na Amazônia chamada Akator e uma tribo indígena chamada Ugha Mogulala. O personagem do filme se veste com um pano na cintura e uma pena.

O original existe? Tatum está vivo? Este repórter viajou recentemente para o Brasil em uma tentativa de encontrar o homem lendário.

Em busca de Tatum e boatos sinistros

O barco Almirante Azevedo II sobe e desce o Rio Negro há mais de 30 anos. A viagem de Manaus até Barcelos leva 35 horas, uma jornada através de águas negras que se tornam ácidas por causa da vegetação em decomposição. Estamos na temporada de chuvas e a floresta está inundada, transformando o Rio Negro em uma vasta rede de afluentes e brejos fétidos.

Raimundo Azevedo, o capitão, está agachado perto de uma pilha de pneus no deck inferior, recebendo uma massagem nas costas de um fisioterapeuta que entrou no barco em algum momento. Quando questionado sobre Tatum, ele diz: "o índio da Alemanha? É claro que eu o conheço. Todo mundo no rio o conhece. É claro que ele ainda está vivo – a não ser que alguém tenha atirado nele na semana passada."

O Almirante Azevedo II viajou pela noite negra como tinta, em meio a uma bolha de sons de água passando e do ruído explosivo e entorpecente do motor de diesel, ruídos que ecoavam em uma parede de vegetação exuberante e enredada ao longo das margens do rio. O capitão Azevedo coloca uma camisa e sobe as escadas até o deck superior para jogar cartas.

Os passageiros, que não somam mais do que poucas dúzias, estão deitados em suas redes, embrulhados como salsichas penduradas para defumar. Um cristão pentecostal faz o sinal da cruz e reza, enquanto o rapaz ao seu lado está entretido com fotos de vaginas em seu telefone celular. Parece que cada um tem um jeito diferente de começar o dia. O capitão, que ouviu falar sobre a fortaleza de Tatum na floresta, diz: "ninguém ousa ir até lá, porque ele instalou armadilhas com explosivos e prendeu armas nas árvores. Ninguém sabe o que ele esconde lá." De vez enquanto, um guincho agudo é ouvido à medida que o barco passa desliza próximo às

CONT.



margens.

"Teve um alemão que escreveu um livro sobre Tatunca", disse o capitão. "Ele até tatuou uma tartaruga no coração, assim como Tatunca. Eles o mataram no Rio."

"A bala passou direto pela tartaruga", acrescentou Lucio, um motorista de táxi gordo com uma pedaço do cotovelo saindo como uma protuberância pelo pulso, resultado de um acidente de moto.

"Mas aquele não era Tatunca."

"Talvez não."

O barco sobe lentamente o rio, abrindo caminho entre matéria orgânica pré-histórica, e quanto mais ele se esquia de troncos de árvores à deriva e ilhas flutuantes, mais o grupo discute os rumores sobre o alemão que vive rio acima – e mais sinistros eles se tornam.

Alguns ossos foram encontrados há sete anos, diz Lucio. "Ossos longos. Não eram de nenhum morador da Amazônia. Talvez um alemão." Tatunca o matou, diz Lucio, para ficar com seu dinheiro e sua mulher. "É o que as pessoas dizem. Mas Tatunca diz que não foi ele."

"Talvez não. Eles dizem que ele está fugindo da polícia de seu país", diz o capitão. Agora, Tatunca deve ter bem os seus 70 anos. E ainda assim, observa o capitão, ainda está forte e em boa condição física. "Ele odeia os gringos", diz outro homem. Ele faz uma pausa, olha para os outros, e diz: "você são gringos".

O barco desliza entre as margens, vazias e ainda assim promissoras. Uma sombra ocasionalmente surge na superfície da água, um dos botos cor-de-rosa nativos do Rio Negro, que, segundo dizem, vão para a terra à noite e engravidam as mulheres.

O aventureiro alemão Rüdiger Nehberg também encontrou este índio branco, Tatunca Nara, durante uma expedição entre os índios Yanomami. Os dois homens se odiaram à primeira vista e acusaram um ao outro de mentiras e assassinato. Sua animosidade mútua aparentemente persiste até hoje. "Tatunca quer me afogar no Rio Negro", escreveu Nehberg em um e-mail em maio.

Assassinatos e desaparecimentos

A animosidade vem do fato de que Nehberg publicou um livro em 1991 intitulado "The Self-Made Chief" [algo como "O Homem Que Se Fez Cacique"].

Nele, ele revelou que o verdadeiro nome de Tatunca Nara é Hansi Richard Günther Hauck, e que ele nasceu em Grub am Forst, uma cidade perto de Coburgo, na Baviera, e não no Rio Negro, em 1941.

De acordo com Nehberg, Hauck, que leu muitos livros ao estilo de "Tarzan" quando era menino, abandonou sua mulher e filhos em 1966, aceitou um emprego a bordo do navio

CONT.



cargueiro Dorthe Odendorff, e eventualmente desapareceu no Brasil. Amigos antigos dizem que, quando era criança, Hauck uma vez disse ter testemunhado a aterrissagem de seres extraterrestres.

Isso tudo seria inofensivo se não tivesse havido três mortes que continuam sem explicação até hoje, mortes que ocorreram às margens do Rio Negro. Todas as três vítimas tinham sido atraídas para a região depois de ler "A Crônica de Akakor" e pediram a um certo Tatunca Nara para guiá-las até a cidade submersa. E, de acordo com testemunhas, ele fez a mesma promessa para todas as três: "vou mostrar-lhe Akakor".

O Departamento de Polícia Criminal Federal da Alemanha lançou uma investigação sobre o suspeito assassinato e desaparecimento de três indivíduos "contra o cidadão alemão Günther Hauck, que vive no Brasil com uma identidade falsa". Mas a investigação não chegou a lugar nenhum.

Depois de 35 horas de viagem insuportavelmente lenta, Barcelos aparece na margem esquerda como uma profecia, a cerca de 500 quilômetros rio acima a partir de Manaus. Há 30 igrejas evangélicas nesta cidade de 15 mil moradores, alguns dos quais dirigem pela região proclamando a salvação pelos alto-falantes de suas picapes em meio ao ar parado e empoeirado: "Deus não nega nenhum milagre!" É a religião dos abastados, daqueles que preferem acreditar no futuro e não na vida depois da morte.

O fascínio da Amazônia

O rio Amazonas e seus afluentes sempre exerceram um certo fascínio sobre as pessoas cansadas do ordinário, caçadores de fortunas e garimpeiros – entre eles o ator alemão Klaus Kinski, o geógrafo do século 19 Alexandre von Humboldt, um explorador nazista chamado Otto Schulz-Kampfenkel e inúmeros defensores da floresta. A encarnação mais recente do aventureiro amazônico é um texano esquelético com olhos molhados, chamado pelos amigos de "o fabuloso Faltermann", que empurrava sua bicicleta na frente do Café Regional.

Aos 20 anos, Patrick Faltermann deixou a casa dos pais no Cinturão da Bíblia nos EUA, profundamente conservador, embarcou em um navio cargueiro para Belém, uma cidade na Amazônia, e trocou seu laptop por um caiaque. Ele se pôs a remar no rio. Fez isso à moda antiga, como ele diz, sem GPS, contra a correnteza e com pouco mais do que o livro "Through the Brazilian Wilderness" de Teddy Roosevelt, na mochila. Foi uma jornada de noites negras e solitárias, capim cortante, aranhas venenosas e de se perder durante dias. Agora, quatro anos depois, Faltermann viajou 4.500 quilômetros e diz: "encontrei Tatunca há quatro semanas. Ele deve ter seus 70 e poucos anos, mas é mais forte que eu. As pessoas parecem ter medo dele, não é?"

Tatunca colocou armadilhas com dinamite em volta de sua cabana no meio da floresta, diz Faltermann. "Ele tem amigos militares. Isso ajuda, porque muitas pessoas gostariam de matá-lo a tiros. Ele aparentemente disse a uma menina que era pai dela e que ela tinha de ir com ele, em seu barco. O homem é incrível."

Uma brisa fresca vem de vez em quando do rio no meio do dia quente. Faltermann abre outra lata de cerveja Skol, espera até que um caminhão passe e diz: "as histórias dele parecem um

CONT.



monte de mentiras. E o português dele é pior do que o meu. É como se fosse uma grande 'ego trip'. Mas ele conhece a área melhor do que ninguém. E ele tem algum interesse na área indígena, subindo o rio Araçá."

Algum interesse? "El Dorado. Em tese fica lá em cima perto dos dois picos, acima da cachoeira. Tatunca é o único que foi lá até agora." Para as pessoas de Barcelos, "El Dorado" parece ser um lugar como qualquer outro.

Até recentemente, Barcelos era a capital mundial do comércio de peixes ornamentais, tão conhecida no mundo dos aquaristas quanto Cognac é entre os entusiastas da bebida. Em 1831, o pesquisador austríaco Johann Natterer descobriu o acará de *Symphysodon*, ou o acará-disco, nas águas salobras em torno de Barcelos. A espécie, apelidada de "rei dos peixes de aquário", habita milhões de salas de estar hoje, normalmente junto com o tetra neon, o peixe ornamental mais popular de todos e também nativo do Rio Negro.

Em Barcelos, os orelhões têm formado de peixes ornamentais, e durante o Carnaval as pessoas se dividem em dois grupos, os Neons e os Discos, e atacam umas às outras usando fantasias de peixe feitas em casa.

Mas agora que o peixe ornamental está sendo criado em larga escala na Ásia, o comércio caiu 70%.

Há algum tempo, dois alemães fanáticos por aquários foram presos por biopirataria. Eles acreditaram nas garantias de seu guia, um nativo que, para sua surpresa, falava alemão fluentemente e chamava a si mesmo de Tatunca Nara.

Na prefeitura, um prédio embolorado perto do rio, somos informados de que a "Crônica de Akakor" gerou toda uma indústria de turismo. Além dos aquaristas, vários amigos da floresta e dos índios começaram a visitar a área - mas isso parou depois das notícias sobre as três mortes.

A primeira pessoa a desaparecer foi John Reed, um jovem norte-americano. Isso foi no final dos anos 80.

O especialista em florestas suíço Herbert Wanner desapareceu em 1984. Seus tênis, alguns ossos e um crânio com um buraco de bala foram encontrados um ano depois. Foi sobre esses ossos que os homens do rio haviam falado.

Reed tratava a "Crônica" como um guia para sua própria vida. Em sua última comunicação, uma carta para seus pais, ele escreveu: "acredito na honestidade de Tatunca mais do que nunca."

A terceira pessoa a desaparecer foi Christine Heuser, uma instrutora de ioga de Kehl am Rhein, uma cidade no sudoeste da Alemanha. Ela também devorou a "Crônica de Akakor", e estava convencida de que tinha sido mulher de Tatunca Nara em uma vida passada. Ela o visitou no verão de 1986. Há uma foto que a mostra dependurada em um cipó, com o torso nu. Não foram encontrados os restos de Heuser.

CONT.



Águas escuras

Desde que o comércio de peixes ornamentais praticamente parou, os donos de barcos no alto do Rio Negro começaram a procurar outros trabalhos. Muitos servem como guias para pescadores norte-americanos que vão para a região em busca do peixe Oscar. Outros sobem o Rio Negro e entram em afluentes ao longo da fronteira com a Colômbia, onde usam seus barcos para traficar pacotes de cocaína.

"Perguntei a Tatunca se ele tinha matado aqueles três. Ele diz que não." Para Mamá, a palavra de Tatunca é o bastante. Mamá, um homem rústico com uma tatuagem de cavalo-marinho e uma bandana na cabeça, é chamado de "Pirata" em Barcelos. Ele usa uma bandeira pirata em seu barco e está em casa nas águas escuras do rio. "Só não transporto drogas", observa Mamá, sem que a pergunta tenha sido feita. Quando ele sorri, um dente de cerâmica vermelho aparece no canto direito de sua boca.

Mamá diz que é o único amigo de Tatunca. "Eu disse para ele que não estava interessado em suas histórias. Só quero um pouco do ouro." De acordo com Mamá, os dois homens subiram o rio Araçá juntos em novembro.

"Até o ponto perto da cachoeira. Lá há duas entradas de caverna. Talvez fossem túneis construídos pelos nazistas. Tentamos, sem sucesso, descer de rapel. Tatunca começou dizendo que havia algumas coisas muito estranhas." O que poderia parecer estranho para um pirata chamado Mamá? "Ele disse: o rei Salomão está prestes a vir cavalgando." E então? "Ele queria que eu o matasse." Mas o rei não se materializou. Talvez fosse a entrada errada da caverna. "Tatunca está provavelmente está na cabana agora. Posso levá-lo até lá."

Depois das chuvas torrenciais da noite, a estrada de terra para Ajuricaba é impiedosa. Uma cobra apareceu no meio do caminho no quilômetro 8, e depois de mais dois quilômetros a estrada acabava em lama vermelha na altura dos joelhos. Se Tatunca Nara está de fato em sua cabana na floresta, não há como chegar até ele. "Talvez seja melhor para você", diz Mamá, o pirata.

"Tatunca? Não, ele não está aqui"

Mas então aparece a sogra de Tatunca, Elfriede Katz, 88.

Sua casa ribeirinha fica na Estrada de Nazaré, na periferia da cidade. Como em todas as casas judias, há um mezuzá contendo versos hebraicos da Torá pendurado sobre a moldura da porta. Katz está de bom humor, sentada em uma cadeira de balanço na varanda. "Tatunca? Não, ele não está aqui", diz com um sotaque de Bremen. Seus pais, explica, imigraram para o Brasil logo depois que ela nasceu. Mais tarde, Katz se casou com um fabricante de pianos cuja família havia fugido do Holocausto.

Katz se tornou uma soprano e cantou na ópera "La Traviata" em teatros em São Paulo e Porto Alegre. Ela jamais imaginaria que passaria sua velhice na capital mundial do comércio de peixes ornamentais, com um genro índio-alemão, que disse a ela que se chamava Grande Cobra D'Água.

CONT.



"Minha filha me falou que tinha conhecido um índio-alemão. Tatunca mandava cartas de amor pelo correio militar para ela. Elas vinham com um carimbo de "confidencial". Então os dois se mudaram para o Rio Negro e viveram entre os ianomami por anos, até que seus dois filhos tiveram que ir para a escola." Katz parece não ter dúvidas sobre as origens de seu genro. Ela e seu marido seguiram a filha até Barcelos, onde abriram um pequeno hotel. A maioria dos filhos de Tatunca foi parar em Barcelos, inclusive os três que não deveriam voltar para a floresta.

Katz observa mais tarde que Tatunca não está na região no momento, mas que desceu o rio até Manaus com sua mulher Anita. Ela não sabe quando ele volta, diz ela, e cantarola um trecho de Violetta com sua voz aguda: "È strano..."

Deve ser terrivelmente difícil manter as histórias. É preciso muito esforço para manter uma rede de mentiras, não importa o quão bem construída ela possa ser. Revisões constantes, acréscimos e renovações são necessárias. Algumas mentiras caem por terra enquanto novas são acrescentadas. Tudo isso requer uma atenção constante, especialmente quando novos visitantes chegam, pessoas que querem conhecer os arredores e fazem perguntas. É preciso cautela antes que os visitantes sejam guiados a uma história nova e possivelmente ainda mais fantasiosa. Contar histórias pode ser mais difícil do que a própria vida.

E a vida tem uma forma de escolher seu próprio caminho. Ela encena o encontro com Tatunca Nara de acordo com suas leis improváveis.

Encontro com Tatunca

Finalmente o encontramos no Amazonas, um shopping center em Manaus, entre a lanchonete Bob's e uma loja C&A (veja fotos). Ele carrega uma sacola de compras. Mas é ele, com seu rosto de ator, as mãos e a pele enrugada e a cabeça com cabelos fartos. Falando com um sotaque da região Franconia da Baviera, ele diz: "Bom dia, eu sou o Tatunca."

Depois de todas as histórias, rumores e tentativas de demonizar o homem, a sensação é de que estamos diante de algum cacique indígena ficcional – ou talvez de Jack, o estripador. Esta é a história de nosso encontro: o fotógrafo Johannes Arlt precisava de uma camisa nova e Tatunca tinha acompanhado sua mulher Anita para Manaus para uma operação nos olhos. Os dois acontecimentos acabaram coincidindo. Esta foi a primeira vez que ele foi para Manaus em seis anos, diz ele. É o tipo de coincidência que soa como uma das histórias sobre Tatunca.

"Vamos sentar", diz ele. "Não gosto de estar na cidade. Prefiro estar na floresta, com meus índios."

Ele não parece ligar para quem está sentado à sua frente. Ele não está interessado em ouvir as histórias dos outros, apenas à sua própria. Ele fala sobre seu tempo entre os índios Yanomami, quando ele e Anita administravam uma enfermaria e uma escola.

Os índios ensinaram-lhe a sobreviver na floresta, diz. E então, depois de medir o ouvinte para descobrir qual a probabilidade de este acreditar em sua história, fez um desvio para um labirinto de fantasias: "eu entreguei o posto de cacique em novembro. O pajé tinha dois desses servos de Deus de três metros de altura com ele. Ele disse que os anciãos estavam retornando, e que eles tinham aberto o túnel". Ele fala sobre paredes em forma de tartaruga, e de uma

CONT.



caverna com a estrela de Davi acima.

Sempre que ele faz essas afirmações, sua mulher, Anita, coloca uma mão sobre o joelho dele e diz "querido", e ele fica em silêncio.

Talvez tivesse sido melhor simplesmente deixar o homem falar, da forma como ele está falando agora, em um fluxo de memórias e fantasias, invenções, mentiras ultrajantes e descrições detalhadas. A maior parte da "Crônica de Akakor" foi inventada, diz ele. "Brugger queria escrever um novo 'Papalagi'."

"O Papalagi" era uma leitura obrigatória na Alemanha durante a época dos hippies. Nele, um chefe samoano fictício faz discursos essenciais sobre a civilização a seu povo. Neste ponto, Tatunca poderia dizer que toda a "Crônica" era pura fantasia. Mas ele não faz isso. É claro, ele não pode colocar as premissas básicas em questão porque, como diz ele, elas são verdadeiras: "há alemães entre meu povo. É claro, eles não chegaram de submarino. A água aqui é muito rasa para isso. Eles tiveram que trocar de barco primeiro."

Encontramos Tatunca de novo na manhã seguinte, desta vez sem Anita, no mercado de peixe de Manaus, perto das águas escuras do Rio Negro. "Vocês querem ir para El Dorado?", ele pergunta. "Não é uma lenda. Encontrei muros como estes em Machu Picchu. Posso levá-los lá." Sem hesitação, ele pega uma caneta e um bloco de papel e começa a desenhar o caminho para El Dorado. Fica em algum lugar sobre um platô entre o rio Aracá e o rio Demini.

Suas histórias são intermináveis e enroladas e não demora muito para que surja uma suspeita: a cidade perdida de Tatunca Nara não fica na floresta, em hipótese alguma. Fica ao longo do Füllbach, um rio na Francônia, em Grub am Forst, um lugar de onde Günther Hauck fugiu um dia. Ele foi o mais longe possível, para os afluentes mais remotos da Amazônia, e para uma nova existência que não podia ter nada em comum com sua vida anterior.

De acordo com os arquivos de investigações feitas no Brasil, houve um alemão aparentemente confuso chamado Günther Hauck que nunca retornou ao seu navio cargueiro depois de uma folga em terra. Um psiquiatra o diagnosticou como esquizofrênico, e a embaixada alemã o enviou de volta à Alemanha.

Tatunca conhece esse tal de Günther Hauck? Não pessoalmente, diz. Ele viajou para a Alemanha uma vez, acrescenta, e as pessoas se referiram a ele como Günther Hauck quando esteve por lá. Também havia uma mulher, e para evitar problemas ele foi para a cama com ela. Mas tudo isso estava totalmente errado, diz ele. "Eu sou Tatunca. Ponto final."

"Günther Hauck" é simplesmente uma pele que foi trocada há muito tempo. Para provar seu ponto, Tatunca tira sua carteira de identidade brasileira, que o identifica como "índio" e contém um carimbo da agência brasileira encarregada de assuntos indígenas. Ele deve ter sido muito convincente como índio.

Se simplesmente tivessem deixado o homem falando sozinho, provavelmente nada disso teria acontecido. Mas suas histórias o alcançaram. Elas atraíram pessoas para a região, pessoas que queriam mais do que ouvir suas histórias. Elas queriam ser guiadas rio acima, ver a cidade

CONT.



subterrânea com seus próprios olhos e entrar nela.

Os mundos que ele tinha conseguido manter distantes haviam repentinamente se juntado. Talvez ele tenha se sentido encurralado por todos os admiradores e caçadores de tesouros, e pelos curiosos. Rüdiger Nehberg foi o pior de todos. Ele chegou com arquivos e velhas fotos nas mãos, e queria saber exatamente quem era Tatunca. "Ele é esquizofrênico, aquele Nehberg. Um mentiroso."

E então teve a professora de ioga que dizia ser sua verdadeira esposa.

"Eu não matei aqueles três"

Talvez, quando todas as suas desculpas, ameaças e feitiços não funcionaram mais, ele decidiu deixá-los sozinhos com suas expectativas, e simplesmente os deixou caminhar em meio à mata cheia de veneno e espinhos. Sem experiência, uma pessoa não consegue sobreviver por muito tempo na floresta, nem mesmo com a "Crônica de Akakor" em sua bagagem.

Quando questionado sobre os desaparecidos, Tatunca diz: "eu vivo com minha consciência. Eu matei muitas pessoas, mas eu era soldado e elas carregavam armas. Eu sou inocente. Mas não matei aqueles três, como me acusam de ter feito."

A história do que aconteceu a John Reed e outros provavelmente continuará sendo um mistério. O processo alemão contra Günter Hauck, mais conhecido como Tatunca Nara, foi retirado, por causa da ausência do acusado. Isso não deixa nada além de suspeitas.

Mas então ele disse alguma coisa enquanto passava pelo mercado de peixe de Manaus, enquanto tilápias eram desossadas nas barracas de peixe próximas. "Meu nome, Tatunca, significa Grande Cobra D'água. Ela tem o hábito de só atacar suas vítimas quando não há nada em torno para atrapalhar suas atividades."

Então o que resta a não ser a suspeita de que o homem é um sonhador, um impostor e um mentiroso de talento, uma pessoa que vê a existência de sua certidão de nascimento como nada mais do que uma mera possibilidade?

Numa manhã em Barcelos, um barco listrado azul e branco estava ancorado no pier perto da fábrica de gelo. Ele carregava fardos de piaçava, uma fibra de palmeira para fazer vassouras. Alguns índios estavam dormindo no barco, até serem acordados por um homem enorme e queimado de sol que começou a erguer os fardos para a margem.

O dono do barco é Seder Heldio, 36, filho de Tatunca, que não fala mais alemão. A cidade de Grub am Forst não significa nada para ele. Mas ele se lembra de crescer entre os índios. "Meu pai deve ter lhe contado muitas histórias, mas ele é meu pai. Nenhuma das acusações de assassinato foi comprovada. Tudo o que aconteceu foi que sua empresa de turismo foi à falência."

E isso, diz Heldio, é injusto. "Eu vi o filme Indiana Jones", diz Heldio, filho de Tatunca. "Soa muito como a história de meu pai sobre Akakor. Ele nunca recebeu um centavo por isso. Talvez

CONT.



ele tenha inventado algumas das histórias. Mas ele pagou por isso com sua vida."

Heldio também tem histórias para contar sobre os índios. As dele são sobre a Fundação Nacional do Índio, a Funai, que busca proteger os povos indígenas impedindo-os de trabalhar por salários e, em vez disso, fornece ajuda. Heldio diz que sua empresa na verdade é ilegal, porque ele não oferece a seus empregados os benefícios trabalhistas obrigatórios exigidos pelos sindicatos, incluindo moradia e horas de trabalho fixas. O problema, explica Heldio, é que os índios não gostam de dormir em contêineres e só vão trabalhar quando não têm nada para caçar. "Eles querem manter os Yanomami como se estivessem em um zoológico. Eu lhes dou dinheiro para que possam comprar coisas."

O filho do sonhador de Francônia, que queria ser um índio em vez de Günther Hauck, não se tornou cacique. Em vez disso, ele trabalha como capataz, alguém que está distanciando os indígenas de seu estado natural e inserindo-os na economia monetária. E como seus métodos são justos, os Yanomami o respeitam e talvez até o adorem. E, neste caso, sem o envolvimento de seres extraterrestres, anciãos ou El Dorado.

Jens Glüsing contribuiu com a reportagem.

Tradutor: Eloise De Vylder



Parceiros definem ações para Justiça Itinerante no Baixo Madeira

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 22.07.2014

Em reunião realizada na sexta-feira, parceiros da operação Justiça Rápida na região do Baixo Rio Madeira combinaram ações na área de saúde durante o atendimento a ser realizado pelo Poder Judiciário às populações ribeirinhas de 25 de julho a 6 de agosto. Servidores da Secretaria Estadual de Saúde e Agevisa capacitaram os servidores da Justiça para ações de prevenção a doenças endêmicas tais como malária, dengue, leptospirose, febre amarela, hanseníase, além das DSTs-doenças sexualmente transmissíveis. Eles atuarão também como agentes de saúde nos distritos.

Além do trabalho preventivo, a operação itinerante contará também com consultas médicas e atendimento odontológico no barco da saúde, disponibilizado pelo Corpo de Bombeiros. A embarcação acompanhará as ações da Justiça em parceria de fundamental importância para os moradores, geralmente com dificuldades de acesso aos serviços públicos devido à distância.

Segundo a Coordenadora da operação, Juíza Sandra Silvestre, a Justiça Rápida Itinerante ainda terá a parceria preciosa do Exército com a operação Aciso, que ocorrerá no distrito de São Carlos. Além do gabinete odontológico e consultas médicas, a operação contará com ações de cidadania.

Entre as ações previstas, atividades educativas e de lazer para as crianças como aula de percepção musical com a banda do exército, atividades lúdicas com desenho e contação de histórias, brincadeiras, exibição de filmes. Ao todo quarenta homens estarão à disposição dos ribeirinhos no distrito mais prejudicado pela cheia do Rio Madeira.

Outra ação que deve compor a Justiça Rápida vem da parceria com o instituto Embeleze, que deverá levar serviço de corte de cabelo. "A ideia é também trabalhar a autoestima dos ribeirinhos", explica a magistrada.

Outro serviço que pode ser disponibilizado tem a ver com a liberação de créditos ao ribeirinhos. A operação busca fechar parcerias com instituições bancárias (Basa e Caixa Econômica) para levar informações e cadastrados para financiamento das atividades agrícolas.

Judiciário

As demandas judiciais são o carro chefe da operação Justiça Rápida Itinerante, que leva atendimento de caráter conciliatório para centenas de ribeirinhos todos os anos. Além disso, sempre que desce o Rio Madeira o Poder Judiciário busca fechar parcerias para ampliar ainda mais a garantia de direitos aos cidadãos de regiões afastadas.

Correções de documentos, cobranças, divórcios, pensões, são alguns exemplos de casos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

procurados pelos moradores dos distritos.

Nesta operação a população contará ainda com exibição de filmes com temática dos direitos humanos, com debate ao final para orientar e esclarecer a população sobre direitos fundamentais. A própria juíza coordenadora se dispõe a palestrar sobre os temas relacionados aos filmes como forma de estimular e fomentar as garantias constitucionais.

“Além do cinema, vamos ainda levar ações teatrais, afinal a arte sempre propõe reflexões e transformações”, concluiu Sandra Silvestre.

Fonte: TJ-RO



Funai e Saúde discutem ações para a proteção de índios isolados

SÍTIO PORTAL BRASIL, 22.07.2014

Iniciativa tem o objetivo de consolidar trabalhos conjuntos de apoio a grupos indígenas

Representantes do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional do Índio (Funai) se reuniram na última semana para discutir trabalhos conjuntos. O retorno dos isolados do Alto Rio Envira foi tema de destaque.

No último dia 26 de junho, o grupo estabeleceu contato com indígenas do povo Ashaninka da aldeia Simpatia, na Terra Indígena Kampa, onde estavam presentes servidores da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Envira da Funai. A

Fundação, com apoio da Sesai, deu início à execução de um plano de contingência para proteção dos indígenas. "Esse plano precisa ter prosseguimento. Nossas equipes devem estar preparadas para agir, caso o grupo volte ao local e demande ou precise de qualquer tipo de apoio", destacou a presidenta da Fundação durante a reunião.

Durante o contato estabelecido pelos indígenas, todo o grupo contraiu gripe, tendo recebido pronto atendimento médico da equipe de indigenistas, sertanistas, e profissionais de saúde que estava no local. Contudo, essa situação é preocupante, pois "como eles têm pouquíssima imunidade, o quadro poderia ter evoluído para uma pneumonia, colocando-os em risco de morte. Além disso, temíamos que o grupo do contato, composto por sete indivíduos, pudesse contagiar os demais integrantes de seu povo ao voltar gripado para a aldeia onde residem. Tivemos êxito, pois agimos na hora certa e conseguimos medicá-los antes de um eventual agravamento do quadro", relatou Dr. Douglas, médico que prestou atendimento aos indígenas na ocasião.

Durante a reunião, ficou pactuado que as equipes da Funai e do MS retornarão à área no próximo mês para vacinar contra a gripe o maior número possível de indígenas desse grupo. Para o Dr. Douglas, "chegando a tempo e montando uma estrutura, é possível ter um resultado positivo".

Os órgãos presentes voltaram a ressaltar a importância de estabelecer um processo de formação em indigenismo para profissionais de saúde. Nesse sentido, uma ação que será imediatamente implementada é a publicação da portaria interministerial que estabelece estratégias e protocolos para casos de atendimento aos indígenas de recente contato, e casos de atendimentos emergenciais em situações de contato.

Participaram do encontro o secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai, Antônio Alves, o sertanista José Carlos Meirelles, que atualmente coordena a assessoria



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

indígena do governo do estado do Acre, o médico da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Dr. Douglas Rodrigues, representantes da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério, além do coordenador geral de índios isolados e recém contatos da Funai, Carlos Travassos.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio

Carta aberta do Povo Krikati

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014



Aldeia São José – Terra Indígena Krikati, 20 de julho de 2014

Às organizações indígenas: Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira); Coapima (Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão); Wyty-Cateh; Pep'cahyc Krikati

Às organizações indigenistas: Cimi (Conselho Indigenista Missionário); Cti (Centro de Trabalho Indigenista); Isa (Instituto Socioambiental)

Aos Órgãos Públicos: Funai; Ministério Público Federal; Tribunal Regional Federal

O retrocesso continua predominando. Fomos surpreendidos recentemente com a liminar judicial da Dra. Diana Maria Wanderley da Silva que suspende os atos de desintrusão da TI Krikati, que está em processo de desocupação desde 2002.

Domingo dia 20 de julho, a APIB, COAPIMA, Wyty Caté, Pep Cahac CIMI, caciques e lideranças do povo Krikati reunimos na Aldeia São José, para definirmos estratégias de ação referente a mais esse caso de violação de direitos. Segue abaixo a Carta Aberta.

CONT.



Nós, do Povo Krikati viemos através desta Carta Aberta contestar e pedir providências às instituições acima mencionadas quanto à decisão da Juíza Federal da 2ª Vara de Imperatriz, que respondeu pela 1ª Vara Drª Diana Maria Wanderlei da Silva, que decide pela suspensão dos atos de desocupação da Terra indígena Krikati (Processo nº 5370-56.2014.4.01.3701).

Diante dessa decisão, solicitamos a revogação imediata da referida liminar com base nos seguintes argumentos:

São reconhecidos aos índios (...) os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Nulidade dos títulos de propriedade em terras indígenas (C.F 1969 § 1º Art. 198) Constituição Federal de 1988 (Art. 231 § 6)

A inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade das terras indígenas (Art. 231 § 4).

Da perícia antropológica solicitada pelo Juiz Federal Dionizio Nunes Rodrigues solicitada em 1989 (realizada pela antropóloga Maria Elisa Ladeira), que define como de posse permanente a área correspondente a 144.675 ha, ocupada tradicionalmente pelo Povo Krikati;

Do Parecer do Juiz da 2ª Vara no Maranhão, em 1991, Candido Artur Medeiros Filho que julgou improcedente a ação de demarcação movida por Leon Delix Milhomem em 1980;

Esclarecemos que somos de acordo que os moradores de boa fé sejam assentados de forma justa como consta no decreto 1775/1996. Ação que é de competência exclusiva da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e ao EMATER e que devido a morosidade desses órgãos no processo de regularização da desintrusão, contribuiu para a entrada de pessoas de má fé, queimadas, extração ilegal dos recursos naturais, situação a qual estamos expostos hoje referente a Decisão da Juíza e a insegurança física e cultural do povo Krikati.

Solicitamos aos órgãos e entidades que receberem esta carta, enviar uma comissão para visualizar a realidade de invasão da Terra Indígena Krikati, principalmente na região da Arraia, visto a Decisão da Juíza de suspensão dos atos de desocupação; visto a sensibilização da mídia local de colocar o povo Krikati como insensível a causa dos pequenos agricultores, quando somos sabedores que as causas dos pequenos agricultores são de competência do INCRA e EMATER .

O desdobramento da aldeia São José em várias outras aldeias é decorrente do plano de gestão de ocupação do território pelo povo. Ressaltamos que várias famílias estão no processo de reocupação de espaços de origem de suas famílias.

A região da Arraia tem uma importância para o modo de vida tradicional do povo Krikati, onde realiza-se a caça e a pesca coletiva, a retirada de matérias primas (imbé, coleta de frutas, azeite de coco, batin, medicina tradicional).

Ressaltamos que a referência da região da Arraia, é por ser o último bloco de desintrusão da terra indígena Krikati, portanto ainda a mais intrusada, necessitando por parte da FUNAI que realize com a urgência que o caso requer, o pagamento dos moradores de boa fé e a retirada dos ocupantes de má fé. A suspensão da desocupação conforme decisão da Juíza, vai acarretar uma série de conflitos entre indígenas e fazendeiros, já que convivem numa área separada apenas por uma estrada vicinal e comungam de modos de vida e culturas diferentes o que dificulta uma relação harmoniosa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

Solicitamos aos órgãos competentes que dêem continuidade ao processo de desintrusão da Terra indígena Krikati que foi demarcada em 1997 e homologada em 2004 e que agora ao invés de avançar no sentido de concluir esse processo, nos deparamos com o maior retrocesso de nossa história na efetivação de nossos direitos.

Chega de espera! não suportamos mais conviver com essa situação de insegurança dentro da nossa própria terra e ainda sermos tratados como invasores. Reafirmamos que o nosso território é um bem sagrado e dele dependemos para a nossa reprodução física e cultural, sem a terra livre e protegida não é possível reproduzir o nosso modo de vida.



MPF recomenda que o Incra realize demarcação de assentamento em Santarém
SÍTIO PR/PA, 22.07.2014

O Incra tem dez dias para informar se vai ou não acatar a recomendação do MPF.

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que realize a demarcação da área e a organização espacial do projeto de assentamento da comunidade Corta Corda, em Santarém, no oeste do Pará. Também foi recomendada a fiscalização para verificar se os lotes estão sendo regularmente ocupados por beneficiários do programa de reforma agrária.

O Projeto de Assentamento Corta Corda foi criado em novembro de 1997 para assentar 468 famílias (atualmente, o projeto conta com aproximadamente 700 famílias). Mas há registro de irregularidades desde a instalação do assentamento, como a identificação de um número significativo de pessoas que ocupam uma área do projeto, negociam as madeiras presentes nos lotes e depois abandonam a terra.

Como agravante, os assentados encontram-se em situação de abandono, pois a estrada de acesso está em péssimo estado de conservação, além da falta de água, escolas, posto de saúde e qualquer tipo de assistência do Incra. Em contrapartida, de acordo com informações em apuração pelo MPF, sobram denúncias de crimes ambientais, de suposta invasão de terras públicas e ameaças de morte na comunidade Corta Corda.

“A notória morosidade do Incra na demarcação e na reorganização espacial do projeto de assentamento Corta Corda tem contribuído para a prática de diversos crimes, notadamente a degradação do meio ambiente, sendo que, ao disponibilizar terra aos assentados, sem delimitar as áreas, o Incra deu e continua dando tutela a esses usuários para disporem dos lotes e da área da melhor forma que lhes convier, sem importar se essa exploração implicará em degradação ambiental”, afirmou o procurador da República Luís de Camões Lima Boaventura, responsável pela recomendação.

Assim que o documento for oficialmente recebido, a presidência do Incra tem um prazo de dez dias para informar se vai ou não acatar as recomendações do MPF. No entanto, o descumprimento das recomendações implicará a responsabilização jurídica, como a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis pelo MPF, inclusive na responsabilização por ato de improbidade administrativa.

Acesse a recomendação completa aqui.

<http://www.prpa.mpf.mp.br/RECOMENDACaO%20INCRA.pdf>

George Miranda

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA



Travada no Congresso, PEC torna Caatinga e Cerrado patrimônio nacional
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014

Os dois biomas abrangem 14 estados brasileiros e abrigam 30% da população do país. Organizações sociais pressionam a aprovação da proposta; e apontam que interesses do agronegócio tem barrado o avanço da pauta.

Leonardo Ferreira, da Radioagência BdF

Dois dos principais biomas do Brasil, o Cerrado e a Caatinga podem se tornar patrimônio nacional. É o que querem organizações sociais que pressionam o Congresso Nacional pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata da questão.

A PEC modifica um artigo da Constituição Federal, incluindo as duas regiões na relação dos biomas considerados patrimônio nacional. Atualmente constam apenas a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

Para Isolete Wichinieski, da coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a proposta é fundamental para garantir a preservação dessas regiões.

“Com a aprovação dessa lei é um primeiro passo para a gente garantir outras questões que são importantes para a preservação do bioma e das comunidades que fazem parte desse bioma.”

A Caatinga e o Cerrado juntos abrangem 14 estados brasileiros e abrigam 30% da população do país. A caatinga é reconhecida como uma das 37 grandes regiões naturais do planeta, ao lado da Amazônia e do Pantanal, sendo o único bioma exclusivamente brasileiro.

Já o cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, possui umas das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo. Segundo Isolete, a aprovação da pauta tem sido travada pelos interesses do agronegócio no país.

“Tem muitos interesses, você vê que na região da caatinga no nordeste brasileiro e no cerrado, e também na Amazônia. Então você tem uma bancada ruralista no Congresso que domina praticamente a questão do Congresso. Então não há interesse dessa bancada ruralista em aprovar uma legislação dessa.”

Na internet, uma petição reúne assinaturas a favor da aprovação da PEC nº 504/2010. O objetivo é recolher 10 mil assinaturas.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Índios da Amazônia fazem contato pela primeira vez... e pegam gripe

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014

Bruno Calixto, Época

Desde o dia 13 de junho, antropólogos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do governo do Acre vinham acompanhando, por fotos aéreas e com o auxílio do povo indígena Ashaninka, a aproximação de um grupo de sete índios de uma tribo que vive em total isolamento. No dia 26, foi feito o contato – pela primeira vez, esse povo rompeu o isolamento e se encontrou com uma equipe da Funai.

O contato aconteceu de forma pacífica. Nesta segunda-feira (21), no entanto, a Funai divulgou uma notícia preocupante: todo o grupo contraiu o vírus da gripe.

Índios isolados são povos que decidiram evitar o contato com outros povos, vivendo em isolamento no meio da floresta amazônica. O Brasil respeita essa autodeterminação. O contato só é feito se for de iniciativa dos índios, e uma série de ações são previstas para garantir a saúde e segurança desses povos.

Segundo a Funai, os índios isolados pertencem a um subgrupo do tronco linguístico Pano. Por meio de um intérprete, a Funai pode constatar que eles estavam em fuga – eles sofreram atos de violência por parte de não-índios na fronteira entre Brasil e Peru. Ainda não se sabe quem atacou o grupo. As principais suspeitas caem contra grupos de madeireiros ilegais ou narcotraficantes. Foi provavelmente nesse momento que eles contraíram o vírus da gripe.

A situação é preocupante. A gripe é extremamente perigosa para povos isolados, que não têm imunidade ao vírus. Se os sete índios voltassem para sua tribo sem tratamento, eles poderiam espalhar o vírus para todo o povo, estimado entre 40-100 pessoas, com consequências catastróficas.

Em nota, a Funai informou que os índios foram medicados, e que colocou em ação um plano de contingência para auxiliar os índios. “As equipes da Funai e do Ministério da Saúde retornarão à área no próximo mês para vacinar contra a gripe o maior número possível de indígenas desse grupo”.



Seminário em Altamira irá debater qualidade da água de Belo Monte

SÍTIO ISA, 22.07.2014

O I Seminário Água, saneamento e energia: Os impactos da usina de Belo Monte no Rio Xingu irá reunir nesta quinta-feira (25) especialistas e representantes da prefeitura de Altamira (PA) para debater os impactos na qualidade da água do Rio Xingu depois que a barragem da terceira maior hidrelétrica do mundo estiver concluída. Será no auditório do campus I da Universidade Federal do Pará (UFPA), que organiza o seminário e conta com o apoio do ISA.

Um dos pontos polêmicos que estão na pauta do evento diz respeito a possibilidade de o Ibama autorizar o enchimento do reservatório sem a garantia de que a qualidade da água do Rio Xingu será preservada.

Atualmente, todo o esgoto da cidade é despejado no rio e a conclusão do saneamento é uma exigência do Ibama para que a Norte Energia possa receber a licença de operação e iniciar o enchimento do lago reservatório. Com metade da usina concluída, o tratamento de 100% do esgoto na cidade de Altamira é uma condição para que o rio seja barrado. Porém, não há nenhuma garantia de que as ligações domiciliares das instalações da rede de água e esgoto da cidade será feita.

O desentendimento entre o consórcio Norte Energia, responsável pela construção da hidrelétrica, a prefeitura de Altamira e a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) coloca em dúvida o compromisso de manter a qualidade da água do reservatório do Xingu.

O evento é gratuito e aberto ao público. Durante a programação a população de Altamira terá a oportunidade de entender e questionar a metodologia de monitoramento da qualidade da água e suas implicações na pesca e saúde de quem vive na área impactada pela usina.

Confira a Programação:

Data: 25 de julho

Local: auditório do Campus I da UFPA em Altamira – Rua José Porfírio, nº 2515

Apresentação UFPA: 18:00 – 18:15

1. Norte Energia. Apresentação dos resultados mais recentes do programa de monitoramento da qualidade da água do Projeto Básico Ambiental (PBA).

18:00 – 18:15

2. Técnico Convidado. Prof. Dr. José Galizia Tundisi, Ecólogo – Instituto Internacional de Ecologia. Considerações sobre o programa de monitoramento da qualidade da água.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

18:15 – 18:30

3. Prefeitura. Sr. Rainério Silva, Secretário de Planejamento. Apresentação sobre a operação do sistema de tratamento de esgoto e abastecimento de água.

18:30 – 18:45

4. Câmara de Vereadores. Relato da Tribuna Popular sobre Saneamento Básico realizada em 15 de maio de 2014.

18:45 – 19:00

5. Perguntas e debate. Moderadora: Professora Dra. Simone Pereira – Especialista em Química Analítica e Ambiental. Professora Associada da UFPA/Belém.

19:00 – 20:00

6. Encaminhamentos. 20:15



“O desenvolvimento virou um deus, e a gente não pode ir contra ele”, critica pesquisador

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2014

por Claudio Castro, Seminário Carajás 30 anos

Dona Izabel, da Vila Cristalina, e a juventude da Zona Rural de São Luís, que luta pela implantação da reserva Extrativista de Tauá-Mirim, trocam experiências sobre resistência aos chamados grandes projetos de desenvolvimento. Encontro aconteceu durante mais uma etapa do curso de Educação Ambiental promovido pelo Grupo de Estudos: desenvolvimento, modernidade e meio ambiente, realizado na zona rural de São Luís.

“A vida é arte do encontro”, cravou o poeta Vinicius de Moraes. Pois encontro – geracional, e também de resistências – foi o que ocorreu neste domingo, dia 20 de julho de 2014, na Ilha da Boa Razão.

Encravada em uma das pontas da ilha de Tauá-Mirim, que, por sua vez, fica nos arredores da Grande Ilha do Maranhão (São Luís), a Boa Razão foi onde se realizou mais uma etapa do curso de Educação Ambiental, um projeto de extensão do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma), vinculado aos cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. O encontro reuniu estudantes e pesquisadores dos cursos de graduação e pós-graduação da UFMA, representante do Centro Acadêmico de Geografia, moradores de várias comunidades da Zona Rural de São Luís (Taim, Rio dos Cachorros e comunidades da Ilha de Tauá-Mirim), do município de Paço do Lumiar e da comunidade Vila Cristalina, que sofre os impactos da implantação de um shopping na capital maranhense.

Como dito, foi um encontro geracional e de lutas

Os participantes do curso de Educação Ambiental e os observadores que lá estiveram (mais de cinquenta pessoas) enfrentaram o difícil caminho até Boa Razão: primeiro, deslocaram-se logo cedo da manhã de domingo até o bairro do Coqueiro, de onde atravessam em pequenas embarcações até Tauá-Mirim (esta travessia deveria ser feita todos os dias para assegurar as aulas na escola municipal que funciona na Ilha de Tauá-Mirim – as dificuldades de transporte estão entre as causas para que o calendário escolar não se dê de forma regular na ilha: segundo moradores, a escola, em quatro anos de gestão do ex-prefeito de São Luís, João Castelo, funcionou por poucos meses; atualmente, tem funcionado um pouco mais, mas ainda longe da regularidade ideal para assegurar a educação aos jovens e crianças de Tauá-Mirim – veja mais aqui). Prosseguindo a aventura para chegar até a Boa Razão, eles seguem em caminhonete até a praia do Jacamim, onde novamente embarcam em direção à Boa Razão, levando equipamentos como gravadores, câmeras, celulares, cadernos, além de água e comida que abasteça o grupo durante a atividade (lanches, frutas, panelas de arroz, carne, farinha de mandioca, feijão).

CONT.



Finalmente chegando ao povoado, o grupo se depara com uma enorme casa, praticamente abandonada (guardada apenas por um caseiro, pescador e morador da ilha, que recebe o grupo de boa vontade, mas avisa que eles não poderão usar as dependências para as atividades: a casa, enorme, com uma área dotada de quiosque, piscina sem condições de uso, açude, com poucos móveis e eletrodomésticos abandonados), e, na varanda, reúnem-se para a troca de experiências. Segundo pescadores e demais moradores da Zona Rural, o imponente imóvel pertenceria à família do deputado estadual Manoel Ribeiro. Ribeiro foi presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão por dez anos consecutivos, e exerce atualmente mais um mandato, tendo toda sua trajetória política ligada ao grupo do senador José Sarney.

A casa, mesmo no estado e que se encontrava, cumpriu, finalmente, uma função social. Em sua área aberta, os participantes do encontro abrigaram-se para realizar sua reunião, e lá os jovens moradores da Zona Rural de São Luís puderam ouvir dona Izabel, presidente da Associação de Moradores de Vila Cristalina, contar como “um grande projeto de desenvolvimento” – no caso o Shopping da Ilha – causa transtornos semelhantes aos vividos por suas comunidades, bem como por outras populações que têm seus territórios ameaçados por grandes corporações. Mas eles não apenas ouviram: também deram testemunho de como seus próprios territórios têm importância vital para eles, para suas histórias de vida e como, a partir deles, percebem seus lugares no mundo. E mais: puderam ouvir um dos seus, de uma geração anterior, contar como foi por ele percebida a chegada de uma grande indústria de alumínio ao Maranhão, num processo semelhante às ameaças percebidas por eles em relação a outras histórias que hoje acontecem de modo semelhante. A tal indústria, na verdade o Consórcio Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão), capitaneado pelas multinacionais Alcoa e BHP Bilinton e Alcan, continuava a despejar sua fumaça, que podia ser observada exatamente do local onde acontecia este encontro: a fábrica da Alumar está instalada próxima à zona rural de São Luís.

“A comunidade foi obrigada a usar, por nove meses, água imprópria para o consumo humano”

Izabel foi a primeira a narrar a experiência de sua comunidade, falando sobre como se originou a Vila Cristalina e o que a presença do Shopping da Ilha acarretou para a comunidade. Ela citou vários casos de desrespeito tanto à comunidade da Vila Cristalina, que ocupava a área desde 1979, bem como ao meio ambiente, com a destruição de fontes naturais que existiam no local, aterradas para a construção do shopping.

Agressores do meio ambiente se dizem seus defensores e se relacionam entre si para assegurar lucros econômicos e políticos

Interessante observar as relações que se dão entre aqueles que ameaçam as comunidades, o que pode ser notado nos relatos de violações a direitos e ao meio ambiente, como os que foram feitos durante este encontro.

Como exemplo dessas relações, a Semana de Sustentabilidade realizada no Shopping da Ilha, em junho deste ano de 2014: as empresas Vale e Alumar, denunciadas por comunidades da Zona Rural de São Luís, bem como por tantas outras no corredor da Estrada de Ferro Carajás (controlada pela Vale S.A), e mesmo pelo mundo, em consequência dos desmandos da Alcoa e

CONT.



da Vale, foram parceiras desse evento, que tinha o objetivo irônico de divulgar ações ambientais. O Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade da Família Sarney, também figurou entre os realizadores da Semana de Sustentabilidade. Entretanto, quando se trata da divulgação de ações de comunidades afetadas por essas empresas, e de eventos que discutam os impactos de atividades como a mineração sobre essas populações e sobre o meio ambiente, o Sistema Mirante é omissivo. Foi como agiu, por exemplo, durante todo o desenrolar do "Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental", que teve sua etapa final realizada em maio de 2014 em São Luís, reunindo mais de 1200 participantes de onze países e sete povos indígenas. Convidado, desde o lançamento do Seminário, ainda em 2013, a tomar conhecimento do que estava acontecendo e dos atores envolvidos nesse processo, o Sistema Mirante pouco ou nada divulgou do evento.

Retomando a fala de Dona Izabel, ela contou que a área ocupada há 35 anos recebeu de seus moradores o nome de "Cristalina" justamente devido às várias fontes naturais que havia no local. Hoje, a comunidade está "espremida" atrás do shopping, e teve as fontes e açudes aterrados para a construção do empreendimento. As crianças, por sua vez, ficaram sem áreas de lazer (havia, segundo conta Izabel, quatro campos de futebol nos quais as crianças e jovens brincavam); a juventude segue sem emprego, o que demonstra a falácia da promessa dos que propagandeiam aos atingidos que estes podem abrir mão de suas áreas, pois terão trabalho como uma das recompensas.

A Vila Cristalina viu sua área ser, então, dizimada

A área, que antes do shopping teve outra tentativa de ocupação barrada com violência, sob a alegação que ali não poderia entrar mais nenhuma família, pois seria área de preservação, viu essa desculpa ruir quando chegou a empresa Sá Cavalcante, controladora do Shopping da Ilha. "Foi em 1998 essa tentativa de ocupação. O senhor José Santana foi assassinado e ficaram outras duas pessoas feridas. Hoje nessa área que diziam ser de reserva ambiental tem o shopping, com 333 lojas e mais 8 âncoras. Tem o projeto ainda de mais seis blocos de apartamentos e cinco torres comerciais de 18 andares. Então só tem reserva ambiental quando é pra pobre? Rico pode chegar e ocupar. As fontes naturais foram assoreadas, bem como os açudes. É como a gente diz lá: nós éramos ricos e não sabíamos. Tínhamos nossos recursos de água das fontes, e uma variedade de animais: tatu, paca, raposa, cotia. Hoje não tem mais nada. Hoje sofremos com a falta de água, como em todo o resto da cidade. A comunidade foi obrigada a usar, por nove meses, água imprópria para consumo humano, o que foi constatado em laudo da Caema (Companhia de Saneamento Ambiental), emitido depois de muita pressão da comunidade (depois que aterrou as fontes, a construtora abriu um poço artesiano, cuja água estava contaminada pelo elevado número de coliformes). Depois, o abastecimento foi à base de carro-pipa. A promessa de emprego também não existe. Meu filho mesmo trabalhou lá só três dias. Depois que souberam que ele era filho da Izabel, foi mandado embora, porque lutamos junto com a comunidade. Nunca tinha tido alagamento na nossa área. Agora teve inundação depois do shopping e do desmatamento", contou.

Via Expressa – Izabel contou ainda sobre a mais nova ameaça sofrida pelo que restou da Vila Cristalina, vinda das obras da Via Expressa, avenida construída pelo governo do Estado do

CONT.



Maranhão numa área de mangue, atravessando esta e outras comunidades da Ilha, com o intuito de ligar dois grandes shopping-centers na capital maranhense (São Luís Shopping, de propriedade do grupo Claudino e que teria os Sarneys entre os acionistas, e os empreendimentos da área do Shopping da Ilha – o próprio shopping, os prédios habitacionais e as torres comerciais previstos no projeto). Segundo calcula a líder comunitária, serão centenas de famílias desalojadas para dar lugar à avenida. “Tem indenização de R\$ 1.700,00! Não dá nem pro lanche da governadora!”, indigna-se.

Izabel relata uma das reuniões com os advogados incumbidos de negociar valores de indenização com os comunitários: “Os advogados deles disseram que não tem como acionar nosso vínculo afetivo com o local em que se mora. Eles deram como exemplo para as indenizações uma situação, que seria como se tivéssemos um armário. Eles disseram que sabem que esse armário não vale cinco mil reais, mas mesmo assim, eles iriam pagar cinco mil reais por esse armário, exemplificaram, e eu falei: mas e se esse armário for o único bem que temos na vida? O que a gente passa ali é muito mais do se diz aqui fora. Nossas casas estão rachadas. Houve aumento no consumo de drogas entre os jovens”, contou, destacando o fato importante de participar da reunião e contar sua experiência. “Esse nosso apoio é uma troca. Também me sinto apoiada por vocês”, disse.

Avaliações

Para Bartolomeu Mendonça, da coordenação do Gedmma, esse compartilhar de experiências é de extrema importância, para todos os lados envolvidos, pois mostra que também nos bairros, nos quais as pessoas estariam vivendo de modo tranquilo, essa realidade também vem mudando muito rápido. “As comunidades são tratadas como algo que pode ser retirado rapidamente, os vínculos de solidariedade são quebrados e esses tipos de relação, de convivência, de organização social e de modos de vida não são reconhecidos pelo Estado. Nós não estamos fora desse processo todo. As comunidades do Taim, do Limoeiro, de Vila Maranhão, do Rio dos Cachorros (que fazem parte da área que luta pela Reserva Extrativista de Tauá-Mirim) sabem bem o que é isso”, disse.

O professor do Departamento de Geografia da UFMA e também coordenador do Gedmma, Samarone Marinho, destacou que, tanto nos casos das comunidades da Zona Rural como em relação à Vila Cristalina, os que jogam com a fragilidade das comunidades o fazem por apostar que é possível – e fácil – comprar os territórios: “Estão jogando com o fato de, nas cabeças deles, uma comunidade não valer nada, ou quase nada”. Daí a importância, segundo ele, de esses grupos se reunirem, como acontecia nesse momento na Ilha da Boa Razão, e refletir: “Será que realmente a gente quer sair de Rio dos Cachorros? Quanto Vale o Taim?”. Para ele, é necessário que os moradores conheçam a história de seus territórios, e façam um exercício de memória, resgatando o sentido desses lugares em suas vidas.

“A gente tem direito à nossa identidade, à nossa origem, a toda a nossa vida. Não queremos nos perder naquilo que os outros escolhem para nós. Nós somos tainos!”

Para a jovem Rafaela, moradora do Taim, esse tipo de exercício já vem sendo feito, o que fica demonstrado em sua fala: “A relação que a gente tem com a terra é mais familiar do que a

CONT.



relação que eles pensam que a gente tem. A gente tem direito à nossa identidade, à nossa origem, a toda a nossa vida. Não queremos nos perder naquilo que os outros escolhem para nós”, frisou. Para ela, contar sua própria história implica em contar a história do Taim, a cultura do local, sua origem, seu meio ambiente, sua religião. “Tomar banho ácido não nos atrai”, diz ela, em referência às consequências das indústrias poluentes que operam na região, e emenda: “Existe, sim, beleza na pureza e na simplicidade! Nós somos tainos!” (quem vive no Taim). Rafaela compôs três poesias relacionadas às questões abordadas no curso de Educação Ambiental, lidas por outras três jovens moradoras da Zona Rural, que emocionaram todos que participaram do encontro.

“O desenvolvimento virou um deus e a gente não pode ir contra ele”

Retomando o que falara Izabel sobre o discurso da geração de empregos, acionado quando da instalação de grandes empreendimentos sobre as comunidades, Horácio Antunes, do Gedmma, destacou que os empregos gerados não são para as pessoas que sofrem os impactos mais diretos desses empreendimentos. Ele destacou ainda o que chama de “a ilusão do desenvolvimento”, palavra, segundo ele, “perigosa e enganadora”:

“Hoje em dia é mais fácil você falar que não acredita em Deus do que falar que não acredita em desenvolvimento. Todo mundo acha que, se você fala contra o desenvolvimento, você está falando contra a própria vida. Essa, no entanto, é uma palavra nova, uma palavra usada pelos países ricos, especialmente os Estados Unidos, para se mostrarem como modelos para o mundo, e o resto do mundo como sendo menos que eles. É como se dissessem: persiga o modelo deles e deixe de ser o que você é. Todo o mundo tem que seguir o modelo, no qual não cabe todo mundo, e que não é para todo mundo. No modelo do desenvolvimento, as águas da Vila Cristalina têm de ser soterradas para a construção de um shopping, e a Vila Cristalina ficar na mesma situação do resto da cidade, com água dia sim, dia não. Temos de tomar muito cuidado com essa ideia: o desenvolvimento virou um deus e a gente não pode ir contra ele”, criticou Horácio.

“Alcoa, veneno bem aceito”

“Seu” Carlos, depois de ouvir tudo atentamente, resolveu também falar. Ele não nasceu em uma das comunidades da Resex de Tauá-Mirim, mas casou-se com uma moradora do Jacamim, e desde então é um dos defensores da região e tem acompanhado o curso de Educação Ambiental. Mesmo quando a Alumar ainda não havia sido instalada em São Luís e era só promessa de dias melhores, Carlos já torcia o nariz para a fábrica de alumínio. Na época, há mais de trinta anos, ele, como estudante da então Escola Técnica Federal do Maranhão (hoje IFMA), em vez de ver na empresa uma “oportunidade de melhorar de vida”, via com desconfiança tudo o que se dizia sobre o empreendimento, e atentava para o que falava o Comitê de Defesa da Ilha, liderado por pessoas como o intelectual Nascimento der Moraes e os habitantes das regiões afetadas. Ele começou dizendo que não gosta muito de se pronunciar em público, mas que não dava para continuar calado depois de se emocionar com os poemas de Rafaela e com o depoimento de Izabel. “Tenho dificuldade em falar. Mas as falas mexem com a gente. Os velhos têm que conseguir passar esses valores para os jovens (o sentimento por sua terra e suas origens)”, alertou ele.

CONT.



Carlos ficou impressionado com o tudo o que disse a jovem Rafaela: “Ela deu uma aula somente com uma pedra na mão”. Momentos antes, a jovem exemplificou o sentimento de pertencimento com o fato de o valor emocional das coisas que compõem o lugar ser incalculável para quem dele faz parte: “para uns pode ser só uma pedra, mas para nós que vivemos aqui é muito mais que isso”, disse Rafaela. Para Carlos, é preciso refletir sobre as ameaças aos territórios e suas populações: “Às vezes nós só despertamos quando o trator já está na nossa porta”, disse, concordando com o que falara Horácio: “Essa ideia de desenvolvimento está acabando com a Ilha!”.

Carlos recorreu então, “de cabeça”, a um tesouro que guarda há várias décadas: “Esse poema eu fiz quando tinha vinte anos, quando o pessoal da Alcoa chegou fazendo pesquisa na área. Hoje estou perto dos 55 anos. Vi tudo isso, a falsa promessa de emprego”, disse, e começou a recitar sua poesia que, embora tenha já vários anos, permanece atual. Confira.

Alcoa, veneno bem aceito

Alcoa, um projeto à toa, que o governo implantou e o povo aceitou

Promessas de empregos e especialmente de evolução

Morrerão os povos e os animais,

O homem e sua ambição

Criada pelo estrangeiro e implantada pelo governo, aceita pelo povo

Alcoa, é algo de novo que temos

Mas só aqui no Maranhão

Vinda de longas datas

Com as mesmas falsas promessas

Teu veneno se expandiu

E sem muito esforço

Nas águas dos rios e mares caiu

A terra, tu desativaste

O caboclo, tal qual raiz, arrancaste

Alcoa, Alcoa! Deixa em paz

CONT.



Essa minha gente boa!

A volta para casa – Após o encontro de duas lutas travadas em territórios diferentes, mas que se descobriram com várias semelhanças, e com algozes muito parecidos e aliados entre si, os participantes fizeram o caminho de volta, conscientes da importância de momentos assim para que também afinem suas resistências.

No retorno, observam as várias placas das fábricas que vêm cercando a ilha de São Luís e alterando o horizonte com muita fumaça. Em comum, todas elas apontavam as relações entre empresas como Ambev, fábricas de fertilizantes e demais empreendimentos e outro agente, representado pelo anúncio:

“Esta empresa conta com incentivos fiscais do governo do Maranhão”. Assim o governo, como que exercendo o papel de um Robin Hood às avessas, drena recursos que deveriam servir aos que são expropriados e dá para aqueles que querem expulsar as populações de seus territórios.



Povos Indígenas: Excluídos, Esquecidos, Explorados e Perseguidos

SÍTIO KAOS EN LA RED, 23.07.2014

Escrito por João Baptista Pimentel Neto

Existem pelo menos 5.000 grupos indígenas compostos por cerca de 370 milhões de pessoas vivendo em mais de setenta países dos cinco continentes, embora a região mais populosa seja a América Latina

A maioria das populações indígenas tem sido excluídas dos processos de tomada de decisões. Muitos tem sido marginalizados, explorados e submetidos à força, abandonando seus lugares de origem, sua identidade e seu idioma, convertendo-se em refugiados por medo da perseguição.

A bacia do Rio Amazonas é uma imensa selva tropical que se estende por nove países latino-americanos e é habitada por mais de 300 nações indígenas. Trata-se da região com mais povos indígenas não contatados do mundo, com no mínimo setenta e sete grupos de indígenas isolados, segundo dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Estas grupos tem suas terras ameaçadas pelo estado e por forças transnacionais. Há muitos grupos interessados no Amazonas, como os governos de Equador, do Brasil e do Peru, que usam estas terras para aumentar a renda de seus países.

Estes interesses econômicos incorporam o conflito com as terras naturais dos nativos, que as consideram como terras ancestrais e sagradas.

Indígenas do México

As comunidades indígenas do México enfrentam as piores condições educativas e socioeconômicas, além da discriminação. Quase 50% de sua população, o que equivale dizer cerca de 3,4 milhões de pessoas, não tem acesso aos bens e serviços públicos que o Estado deveria lhes garantir. Sendo que os mais pobres são aqueles que mais sofrem com a parte da pobreza, são aqueles que mais sofrem a ruptura de seus direitos sociais e com as limitações de suas capacidades e possibilidades de alcançarem melhores níveis de bem estar social.

Segundos dados da CONEVAL, pelo menos 48% daqueles que falam alguma língua indígena vivem em condições de exclusão educativa, graças a falta de atenção e as deficiências das políticas que deveriam garantir uma educação bilingue de qualidade para estes povos e comunidades, visando cumprir, por um lado, o direito a preservação da língua materna, e simultaneamente, gerar maiores condições de bem estar social, de não discriminação e inclusão.

CONT.



Como em outras regiões do mundo, seus territórios também estão ameaçados por megaprojetos de mineração, implantação de hidrelétricas, parques eólicos e agora de Fracking (fractura hidráulica).

Os Kaiowás de Rio Pardo

A tribo dos Kaiowás em Rio Pardo, no estado do Mato Grosso (Brasil), são um exemplo de povo indígena que quer permanecer isolado por causa dos abusos que se tem cometido contra eles. A Funai estima que apenas 50 deles querem (podem) ser atualmente "incluídos".

Este grupo nunca permanece durante muito tempo no mesmo lugar, sempre fugindo dos madeireiros e outros intrusos interessados em suas terras. Por isso, estão deixando de ter filhos e continuam vivendo apenas da caça e da pesca, já que não podem fixar um "endereço" e cultivar suas terras, segundo explica o Movimento 'Survival International'.

Suas terras não tem sido protegidas e sua sobrevivência como povo esta seriamente ameaçada. Sua selva está sendo literalmente invadida, especialmente por madeireiros, muitos dos quais operam a partir de Colniza, uma das cidades mais violentas da fronteira do Brasil, localizada numa das regiões mais desmatadas da Amazônia.

Los Korubos do Vale do Javari

Já a fronteira entre o Brasil e o Perú, conhecida como Vale do Javari, abriga sete povos indígenas já contatados e outros sete não contatados e é uma das regiões de maior concentração de povos indígenas isolados do Brasil.

Nesta região, as doenças mortais contraídas através do contato com "estrangeiros" estão dizimando os grupos indígenas já contatados e teme-se que estes possam transmitir aos grupos isolados o que trará trágicas consequências.

Reserva do Salitre

Já a Reserva de Salitre que esta situada no sul da Costa Rica é outro lugar de permanente conflito entre indígenas e terratenientes, como são conhecidos os 'finqueros blancos', que teimam em atacar os indígenas para "conquistar" suas terras.

Neste local, aconteceu na semana passada um novo enfrentamento quando um grupo de La semana pasada se produjo un nuevo 'finqueros blancos' chegaram a Buenos Aires de Puntarenas com armas para expulsar a força de suas casas, incendiando seus ranchos. O Governo da Costa Rica assegurou que "tentará" garantir a integridade física dos indígenas e proteger suas terras.

Finalizando um breve raio x da situação na região, atualmente, no Amazonas tanto os Kayapo e Waiapi do Brasil, os Yanomami do Brasil e da Venezuela, os Quichua e Shuar de Ecuador, os Ashaninka do Perú y os Aymara de Bolivia enfrentam lutas similares em defesa de suas terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

Segundo a ONU, o crime de genocídio se define como “infligir deliberadamente um grupo a ameaças de morte com a intenção de destruí-lo, total o parcialmente”. Poucos sabem, mas muitos dos povos indígenas da América Latina se encontram nesta situação. Ou seja, mais de 500 anos depois, o genocídio indígena continua na América Latina e no Caribe.



Mais uma tentativa de fazer gracinha: "PEC proíbe desapropriação de terra produtiva para demarcação"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

Na justificativa, deputado critica atuação da Funai [e debocha da Constituição]

Globo Rural

A Câmara dos Deputados analisa uma proposta de emenda constitucional que proíbe a desapropriação de áreas produtivas para a demarcação de terras indígenas e quilombolas. A PEC 416 é de autoria do deputado Vilson Covatti, do PP do Rio Grande do Sul. Atualmente, a desapropriação é proibida apenas para a reforma agrária.

O texto altera o artigo 185 da Constituição. Na justificativa da proposta, o parlamentar critica a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), a quem cabe a demarcação de terras indígenas. Segundo ele, a Funai atua de forma "desastrosa", desrespeitando garantias fundamentais previstas pelo próprio texto constitucional.

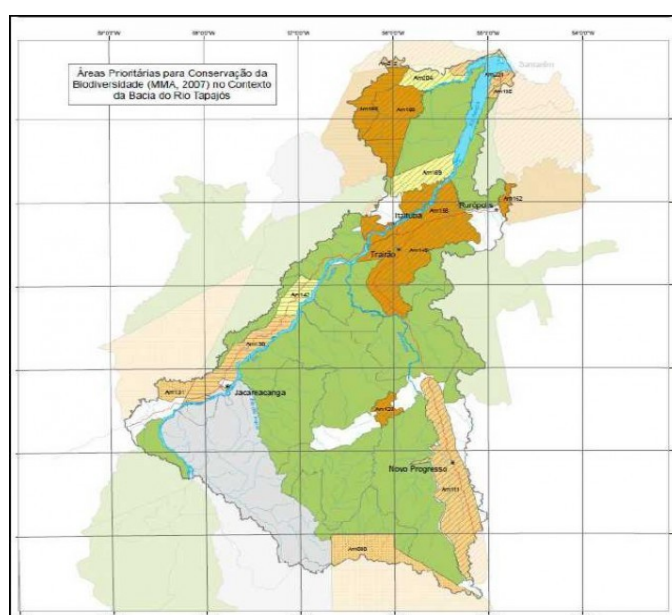
"A definição dos limites das terras indígenas sofrem sérios questionamentos, visto que é fundamentada em critérios subjetivos, e, pior, tendenciosos e parciais", argumenta o deputado, para quem "nada justifica" a demarcação de terras produtivas.

A proposta terá sua admissibilidade analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovada, será criada uma comissão especial para analisar o texto. Depois, a PEC precisará ser aprovada em dois turnos no Plenário da Câmara.

Além desta proposta, a Câmara discute, em Comissão Especial, a PEC 215. O texto transfere para o Congresso Nacional a competência para definir a demarcação de áreas indígenas no país.

Arqueologia pelas Gentes: Pela paralisação da pesquisa arqueológica em solidariedade aos povos do Tapajós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014



Para: Sociedade de Arqueologia Brasileira, Sociedade de Arqueologia Regional Norte, Scientia Consultoria

Nota de Posicionamento – Arqueologia pelas Gentes do Rio Tapajós

A bacia do Rio Tapajós configura-se como uma das regiões com maior sócio-diversidade da Amazônia. O Rio Tapajós e seus quatro principais afluentes conformam uma área de mais de 50 milhões de hectares, o que corresponde a 6% do território brasileiro. Desse território, 22% são unidades de conservação, (Parques Nacionais, Resexs, Florestas Nacionais, etc). Na região vivem mais de 1 milhão de pessoas, incluindo comunidades tradicionais e povos indígenas que há centenas de anos habitam as calhas destes rios e as áreas de interflúvio.

O processo de licenciamento ambiental para as usinas hidrelétricas da bacia do rio Tapajós programadas pelo governo federal – um projeto cuja magnitude não possui precedentes – tem se dado em meio a uma série de violações dos direitos dos povos da floresta que habitam a região, algo que tem recebido pouca atenção dos grandes veículos de imprensa.

Embora o Brasil seja signatário da Convenção 169 da OIT e da própria Constituição do país respaldar o direito à consulta livre, prévia e informada, o que vemos é justamente o contrário.

CONT.



Para garantir os cronogramas previstos e inibir qualquer protesto legítimo de comunidades que tentam impedir a execução de pesquisas em seus territórios enquanto não são ouvidos, pesquisadores atuantes no processo de licenciamento ambiental têm sido escoltados por agentes da Força de Segurança Nacional, como forma de impor os levantamentos nos territórios tradicionais afetados. A presença contínua das forças armadas na região a partir de março de 2013 é entendida claramente como ameaça e tem intimidado as comunidades tradicionais e indígenas do Tapajós. Vale lembrar que em novembro de 2012 Adenilson Kirixi Munduruku foi morto com um tiro na cabeça por um delegado da Polícia Federal, como resultado de uma operação orquestrada pelo governo federal supostamente contra o garimpo ilegal. Considerando que mais de 50% dos garimpeiros da Amazônia brasileira se encontram na bacia do Tapajós, a escolha da aldeia Teles Pires para a operação parece ter sido motivada por uma estratégia para criminalizar os Munduruku e intimidá-los, bem como aos outros povos da floresta que reivindicam seu direito de serem ouvidos.

Uma vez que a arqueologia é um dos componentes do processo de licenciamento ambiental daquelas usinas hidrelétricas entendemos que, em se tratando de áreas de ocupação tradicional, a primeira responsabilidade ética dos arqueólogos é com as pessoas que vivem sobre ou próximas aos sítios arqueológicos, para quem as paisagens locais e os sítios arqueológicos possuem diversos significados importantes que fundamentam sua própria identidade e história.

Desta forma, equipes de arqueologia que ignoram essa realidade, comprometendo-se somente com o cumprimento do que é atualmente exigido com base em fragmentos dos marcos legais de proteção ao patrimônio arqueológico e cultural, têm contribuído para a fragilização das relações sociais que fundamentam o caráter patrimonial dos bens culturais e viabilizando a destruição dos lugares significativos e paisagens arqueológicas, participam da desestruturação de sociedades contemporâneas que tem garantido a conservação dos sítios frente ao projeto desenvolvimentista da sociedade nacional.

Considerando essa situação e o nosso compromisso com os direitos desses povos, assim como a proteção esperada aos territórios tradicionais nos processos de licenciamento ambiental, fazemos um apelo aos colegas de profissão pela suspensão das atividades da pesquisa arqueológica relacionadas ao processo de licenciamento ambiental na bacia do rio Tapajós até que seus povos sejam satisfatoriamente consultados e ouvidos sobre a construção de barragens na região.

Esperamos que nossos colegas vejam essa nota como um sincero apelo humanitário, que vai além de posicionamentos individuais ou de equipes, de divergências teórico-metodológicas e tentem enxergar pela perspectiva das comunidades atuais do Tapajós, responsáveis também pela perpetuação da sociobiodiversidade que identificamos em nossas pesquisas sobre a arqueologia da região Amazônica.

Talvez ainda exista tempo para virarmos o jogo em prol das pessoas e da conservação dos sítios arqueológicos, se optarmos pela participação da arqueologia na luta dos povos afetados contra os crimes ambientais que temos testemunhado em tantas partes do Brasil. Talvez este momento seja o limiar, uma última oportunidade para nos juntarmos para verdadeiramente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

defender o patrimônio arqueológico e, unidos, criarmos as bases para uma luta menos desigual pelos territórios tradicionais.

Coletivo Zarabatana

Para assinar a Petição, clique AQUI

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR73371>.

Enviado para Combate Racismo Ambiental por Camila Jácome.



Lutas do povo Terena por moradia em Campo Grande revelam a omissão dos governos em todas as esferas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

Priscila Anzoategui e Rogério Batalha Rocha - Coletivo Terra Vermelha (CTV)

Campo Grande, MS - Um grupo de 64 famílias indígenas, da etnia Terena, vem ocupando desde o dia 27 de junho deste ano um terreno localizado entre as ruas Marin com a Lúcia Helena Coelho, no bairro Santa Mônica, na periferia de Campo Grande, MS.

Os indígenas reivindicam a criação da "5ª Aldeia Urbana" de Campo Grande que faz parte de um projeto defendido e prometido há tempos por políticos de MS, principalmente pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Segundo documentos expedidos pelo Departamento de Cadastro Imobiliário e de Cartografia da Prefeitura de Campo Grande, o terreno onde se localizam as famílias indígenas é de propriedade do Município, destinada à "equipamento comunitário" e registrada no Cartório do 1. Ofício de Campo Grande sob a Matrícula de n. 160.185.

Documentos apresentados pelos Terenas a nossa equipe de reportagem comprovam que há 07 anos a comunidade do bairro Indubrasil e região solicita ao Governo Estadual e Prefeitura Municipal de Campo Grande a criação dessa nova aldeia a partir de "promessas" que já haviam sido feitas ao Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande/MS – CMDDI.

Foi enviado no dia 15 de abril de 2008, pela Sra. Oide Felipe, indígena Terena que presidia a Organização Indígena do Núcleo Industrial e Sander Barbosa Pereira então Presidente Interino do CMDDI, uma solicitação formal ao então Prefeito Nelson Trad Filho para a criação da Aldeia Urbana e que seja também construída "uma escola de 1. série do ensino fundamental à 3. série do ensino médio e área de lazer".

Em 17 de abril de 2008, o mesmo pedido também foi encaminhado ao Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

Além disso, em 28 de março de 2012 foi feita indicação à mesa diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pelo Deputado Estadual George Takimoto, para a construção da referida Aldeia por parte do Governo do Estado de MS. Além disso, o Deputado Federal Antonio Carlos Biffi também solicitou à Prefeitura, em 15 de maio de 2008, a criação da "Aldeia Urbana". Até a presente data nem município e nem estado atenderam os pedidos da comunidade.

Em entrevista ao site de notícias midiamax, em abril de 2012, os líderes indígenas Arildo Soares e Antônio Jorge Pereira informaram que o Governo Municipal de Campo Grande declarou que havia um projeto para construção dessa aldeia.

CONT.



Contudo, nunca conseguiram saber ao certo em que secretaria isso está. “Falamos com o Paulo Mattos, da Emha (Agência Municipal de Habitação) e ele nos disse que lá não tinha projeto nenhum e que como esse ano é de eleição, não iríamos conseguir mesmo”, explicou Arildo (Disponível aqui).

Naquele tempo, as lideranças indígenas conseguiram marcar uma reunião com o Secretário Estadual de Habitação e Cidades, Carlos Marun, e que foi realizada no dia 16 de abril de 2012, onde ficou garantido por parte do Governo Estadual, que o projeto de criação da “5ª Aldeia Urbana” seria consolidado.

Porém, passados dois anos da reunião e “das promessas” dos Governos, nada foi feito.

Diante desse descaso, cansados de esperar, é que partiu a decisão da comunidade Terena em ocupar por conta própria a área localizada no bairro Santa Mônica como forma, inclusive, para pressionar a Prefeitura a solucionar a questão.

“Estamos aqui reivindicando o nosso direito de moradia, garantido pela Constituição Federal. Não temos renda suficiente para pagar aluguel e a decisão de nos manifestar dessa forma foi uma decisão coletiva. Estamos cansados de esperar a boa vontade dos governantes”, declara Val Eloy, uma das lideranças indígenas da ocupação.

Aldeias “urbanas”

Os Terenas que estão acampados no Santa Mônica reproduzem um fenômeno social bastante conhecido em Mato Grosso do Sul. Trata-se de pessoas que vieram de aldeias localizadas nos municípios que ficam perto de Campo Grande, como Taunay, Buriti e Cachoeirinha, que se deslocam de suas comunidades até a capital em busca de melhores condições de vida, por conta de sua realidade de descaso e omissão dos governos em não resolverem, de uma vez por todas, a demarcação de seus territórios tradicionais.

Trata-se de uma história que se repete há anos em várias localidades. Os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, não mais aguentando viverem “confinados” em suas aldeias, em pequenos espaços de terra, aguardando a “boa vontade” do Governo Federal para a conclusão das demarcações, deslocam-se até a capital na procura de melhores condições de vida.

Ao chegarem em Campo Grande, buscam emprego e acabam vivenciando outras dificuldades. São trabalhadores indígenas, em sua maioria do povo Terena, que ganham muito pouco, não tem seus direitos trabalhistas e constitucionais assegurados e são discriminados.

Mesmo diante disso ainda pagam suas contas de água, luz, aluguel e IPTU, muito mais altas do que em cidades do interior, sempre fora de suas condições materiais suficientes para cobrir essas despesas.

Neste aspecto, a busca dos Terena é por uma melhor qualidade de vida das famílias, mas que pelas circunstâncias econômicas desta região a situação acaba ficando muito mais difícil sem o apoio dos Governos.

CONT.



Mesmo que a realidade atual venha a exigir uma resposta imediata do Governo Federal para as demarcações dos territórios indígenas no campo, os deslocamentos de Terenas para a capital devem ser considerados como um movimento legítimo dessas comunidades e que seus direitos e reivindicações fundamentais sejam respeitados e atendidos pelos governos.

Tratam-se de medidas concretas e urgentes a serem cumpridas pelos governos municipal e estadual visando mitigar os problemas fundamentais dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul que sofrem há muito tempo com esses descasos.

Vendaval do dia 18 de julho

Devido ao vendaval que ocorreu na madrugada do dia 18 de julho, vários indígenas acampados no bairro Santa Mônica ficaram desabrigados, o vento derrubou diversos barracos no meio de chuva intensa.

A equipe de reportagem do Coletivo Terra Vermelha foi até o local no dia seguinte, as lideranças indígenas nos informaram que há na ocupação muitos idosos e crianças que sofreram muito com o temporal e que temem uma nova tempestade. Relataram que a madrugada foi difícil, pois muita gente teve que dormir ao relento.

Também nos disseram que se encontram numa situação precária, não tendo sequer um banheiro para ser usado pela comunidade, tendo que pedir a solidariedade dos vizinhos para poderem tomar banho.

"A primeira-dama esteve aqui, trouxe vários cobertores, mas o que estamos precisando mesmo é de moradia", afirma Val Eloy.

Tendo em vista que vários barracos foram derrubados com as chuvas e ventos, os indígenas estão precisando urgentemente de alguns materiais como rolos de lona, madeirite, escoras de eucalipto e arames. Para construir o banheiro precisam de mangueira, fiação elétrica, lâmpadas e torneiras.

Quem quiser ajudar financeiramente a comunidade para comprar os materiais citados nesse texto, e necessários a essa atual situação emergencial e humanitária, podem contactar o Coletivo Terra Vermelha (CTV) através da nossa página no facebook, ou encaminhar email para ocupasantamonica@gmail.com. Repassaremos essas informações aos Terenas da Ocupação Santa Mônica para efetivar as formas diretas de colaboração das pessoas de bem que querem ajudar.

Fonte: Comunidade Terena Santa Mônica e CTV.



Os indígenas da Amazônia estão em risco. O grito de alarme de um bispo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

Erwin Kräutler, há alguns meses conhecido em todo o mundo como o colaborador do Papa Francisco para a próxima encíclica sobre os pobres e a criação, manteve sua promessa. Apesar de ter completado 75 anos, em 12 de julho, seu compromisso em favor de sua gente no Brasil parece ter encontrado um novo impulso e novas forças

Maria Teresa Pontara Pederiva - Vatican Insider*

Ainda bispo da prelazia de Xingu (até a nomeação de seu sucessor) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Kräutler participou, como apontou a página web do episcopado brasileiro, da apresentação do relatório "A violência contra as populações indígenas no Brasil – 2013", por ocasião da Conferência Nacional dos Bispos, realizada na capital, na semana passada.

Segundo o religioso, na atualidade, a sobrevivência física e cultural dos indígenas "está ameaçada", pois, quando se nega o direito das populações indígenas à existência, verifica-se uma autêntica "agressão, inclusive contra a própria nação brasileira".

Citando o documento da Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Aparecida (que no parágrafo 65, a respeito da exclusão social, adverte: "Os excluídos não são apenas 'explorados', mas também 'sobrantes' e 'descartáveis'"), o bispo Kräutler apontou que a atual sociedade brasileira é "anti-indígena", porque acaba por marginalizá-los: "Os indígenas têm uma maneira de viver diferente, de considerar a vida, possuem outra forma de organizar seu trabalho, tem sua cultura, sua língua, mas devem desfrutar todos os direitos, porque, além do mais, são eles os primeiros habitantes desta terra".

Segundo o documento apresentado em Brasília, são mais de 12.000 indígenas os que sofrem racismo, ameaças, abusos de poder ou que são assassinados por omissões das autoridades. Em todo o país, em 2013, registraram-se 97 casos de violência contra o patrimônio destas populações (violação de terras, invasão de propriedade, exploração ilegal de recursos naturais e atrasos na regularização dos contratos agrários).

O denominador comum é a falta de uma clara delimitação das áreas que pertencem aos indígenas, destacou o bispo, que não duvidou em denunciar com firmeza a violação da disposição constitucional de 1988, sobre a delimitação dos territórios, que deveria ter se cristalizado nos fatos, após vinte e cinco anos da promulgação da Constituição.

Parece que só se cumpriu em parte, porque, segundo aponta o relatório, no último ano foram preparados apenas 11 documentos a esse respeito.

"Para nós, desenvolvimento e progresso deveriam significar uma maior qualidade de vida, mas
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

não apenas para alguns brasileiros, mas, sim, para todo o Brasil, em especial para as populações indígenas que representam os segmentos da sociedade mais marginalizados de hoje, em termos de saúde, instrução, transportes, moradia e segurança pública”.

Enquanto isso, explicou Kräutler, há uma restrita “minoría que está aumentando o próprio patrimônio”.

Há um mês, a Igreja no Brasil lançou uma nova chamada pela Amazônia, devido às políticas de exploração dos recursos naturais. A advertência surgiu na província septentrional de Roraima, na fronteira com Guiana e Venezuela. Este documento tem a assinatura do bispo Roque Paloschi e se intitula “Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas”. Nele são descritos dezenas de projetos, bem conhecidos pelo bispo Kräutler, de represas hidrelétricas de médias e pequenas dimensões que obstruem os afluentes do Amazonas e que terão gravíssimas consequências na vida das comunidades indígenas.

*Tradução é do Cepat.



Povos indígenas de todo o mundo afirmam que tem sido ignorados na luta contra o HIV. Brasileiros não estão representados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

Agência de Notícias da Aids – Povos indígenas de diferentes partes do mundo estão presentes na 20ª Conferência Internacional de Aids, que está ocorrendo esta semana em Melbourne. Em uma conferência que está sendo marcada pela constatação de que a epidemia não será debelada se não houver políticas específicas para os grupos mais atingidos, os indígenas queixam-se de sua invisibilidade e demandam ser incluídos como prioridade na política mundial contra a doença.

O fato de o evento ser na Austrália é uma oportunidade para o grupo, já que os povos indígenas australianos têm um nível relativamente alto de reconhecimento. Prova disso é que a conferência começou, como é de praxe em qualquer evento oficial no país, com o reconhecimento aos tradicionais donos da terra de Melbourne, a nação Kulin, e um discurso de boas-vindas pronunciado por uma liderança aborígine. No entanto, ao longo da cerimônia, os indígenas não foram citados nas diferentes falas sobre grupos vulneráveis.

Hoje (23), a plenária especial, que tratou das questões negligenciadas pelas políticas de aids, contou com James Ward, descendente de aborígenes dos clãs Pitjantjarra e Nurrunga e uma autoridade australiana em saúde indígena.

Wards chamou atenção para o fato de que os indígenas são desproporcionalmente afetados por problemas de saúde em geral e HIV em particular, frequente sendo diagnosticados tardiamente pela infecção. “Somos as culturas mais antigas do planeta e a epidemia tem o potencial de nos dizimar”, alertou. Como exemplo, citou que os indígenas no Canadá e na Austrália são seis vezes mais atingidos que os não indígenas.

Apesar disso, e de representarem 4,4% da população mundial, Wards afirmou que os indígenas são praticamente ignorados tanto nas pesquisas quanto nas políticas públicas. “Queremos que a Declaração Política das Nações Unidas, de 2011, seja corrigida de forma a incluir de forma consistente os povos indígenas. Queremos que todos os países implementem sistemas de vigilância da epidemia para os indígenas”, conclui. Junto com os aplausos, podia se ouvir o grito dos Maoris da Nova Zelândia.

Mobilização internacional

Os delegados indígenas se prepararam em uma reunião prévia entre os dias 17 e 19, em Sydney. Segundo Ken Clement, canadense do povo Ktunaxe, em 2006 foi criado o Grupo de Trabalho Indígena Internacional em HIV e Aids (IIWGHA), durante a Conferência Internacional de Aids de Toronto. Desde então, a organização vem organizando pré-conferências. “Nós viemos conseguindo nos articular com indígenas de diferentes países, mas o idioma e financiamento ainda são grandes barreiras. Esse ano, além do Canadá e Austrália, estão

CONT.



representados os Estados Unidos, Nova Zelândia e Guatemala”, afirma Clement. A organização ainda tem membros da Bolívia, Chile e México.

Trevor Stratton também é canadense, do povo Ojabwe, e é o diretor-executivo da IIWGHA. Ele relata que o objetivo é influenciar os centros de decisão da resposta à aids, obter assento nos fóruns decisórios, citando como exemplo a Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV (GNP+), que tem voz na Conferência e em organismos internacionais como a Unais. “Queremos ser reconhecidos como uma população-chave e influenciar a resposta. Não queremos ser conduzidos, queremos dirigir o barco.”

Forte presença da Oceania

O encontro em Sydney, assim como a conferência em Melbourne, contou com forte presença dos povos indígenas da região: os aborígenes australianos, os povos das ilhas do Estreito de Torres (que também são australianos, mas que são culturalmente mais relacionados à Papua Nova Guiné) e os Maoris neozelandeses.

Os indígenas australianos, que correspondem a 3% da população, e em 1997 foram oficialmente reconhecidos como os tradicionais habitantes do país. Foi então estabelecido o Dia Nacional do Perdão (National Sorry Day) pelas atrocidades cometidas pelos europeus, em especial a separação de crianças de suas famílias, uma política aplicada durante o século XX. A bandeira aborígene preta e vermelha com um círculo amarelo pode ser vista por Sydney, em instituições pública e privadas, e o Museu de Arte Contemporânea da cidade exibe em seu acervo obras tradicionais e contemporâneas dos indígenas. Na conferência, aborígenes têm mostrado suas danças e música.

Desde 1991, postos de saúde em toda a Austrália passaram para o controle das próprias comunidades aborígenes. Segundo, David Scrimgeour, gerente médico e de saúde pública do Conselho de Saúde Aborígene do estado da Austrália do Sul, existem 150 serviços sob esse modelo de gestão em todo o país, porém “Gerirmos os nossos próprios serviços garante que seremos respeitados e que os serviços serão oferecidos segundo nossas necessidades específicas”. O médico ressalta porém que nos últimos dez anos tem havido dificuldade política em se expandir o modelo.

Diferentes organizações de toda a Austrália apresentaram programas de saúde sexual feitos por e para aborígenes. Há muitos programas específicos para homens que fazem sexo com homens e para mulheres transgênero, que são conhecidos na cultura local como “sistergirls”. Os programas levam em conta os valores culturais e a realidade social dos indígenas.

Michelle Tobin é da Rede Positiva de Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres, uma associação de indígenas vivendo com HIV. Michelle é da nação Yortayorta e foi uma das crianças separadas de sua família. Ela também faz parte de outra organização, Anwernekenhe, ou Aliança Nacional em HIV, que se propõe um trabalho de advocacia e planejamento junto a organizações de saúde pública. “A nossa expectativa é dez anos inferior que a dos irmãos e irmãs não-indígenas”, explica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

Entre os programas coordenados pela associação, está a reunião de líderes idosos com o fim de dividir e disseminar conhecimento em prevenção. "Os idosos têm muita influência nas comunidades aborígenes", explica.

Ausência do Brasil

Não houve presença de lideranças indígenas brasileiras nos dois eventos. Stratton lamenta a ausência e as dificuldades de financiamento. Henrique Ávila, do Fórum de ONGs/Aids do Tocantins, mostra preocupação com a vulnerabilidade dos povos indígenas brasileiros à doença. "A epidemia está avançando na população nativa, muitas vezes com diagnóstico tardio, não só no meu estado, mas também no Mato Grosso. Mas não está havendo uma resposta governamental adequada". Henrique afirma que em sua região não há uma mobilização indígena específica para a questão. "Estamos nos articulando com o Departamento de Saúde Indígena", afirmou.

Henrique Contreiras, médico sanitaria e colaborador da Agência Aids, de Melbourne (Austrália)

A Agência de Notícias da Aids cobre a Conferência na Austrália com o apoio do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais e do Programa Municipal de DST/Aids de São Paulo



Indígenas: Os povos mais esquecidos e desfavorecidos do mundo

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 23.07.2014

A maioria das populações indígenas tem sido excluídas dos processos de tomada de decisões. Muitos tem sido marginalizados, explorados e submetidos à força, abandonando seus lugares de origem, sua identidade e seu idioma, convertendo-se em refugiados por medo da perseguição.

A bacia do Rio Amazonas é uma imensa selva tropical que se estende por nove países latino-americanos e é habitada por mais de 300 nações indígenas. Trata-se da região com mais povos indígenas não contatados do mundo, com no mínimo setenta e sete grupos de indígenas isolados, segundo dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Estes grupos tem suas terras ameaçadas pelo estado e por forças transnacionais. Há muitos grupos interessados no Amazonas, como os governos de Equador, do Brasil e do Peru, que usam estas terras para aumentar a renda de seus países.

Como um sem número de companhias dedicadas à extração das matérias primas como o ouro, a prata ou o ferro, madeiras nobres e a extração de gás e petróleo.

Estes interesses econômicos incorporam o conflito com as terras naturais dos nativos, que as consideram como terras ancestrais e sagradas.

Indígenas do México

As comunidades indígenas do México enfrentam as piores condições educativas e socioeconômicas, além da discriminação. Quase 50% de sua população, o que equivale dizer cerca de 3,4 milhões de pessoas, não tem acesso aos bens e serviços públicos que o Estado deveria lhes garantir. Sendo que os mais pobres são aqueles que mais sofrem com a parte da pobreza, são aqueles que mais sofrem a ruptura de seus direitos sociais e com as limitações de suas capacidades e possibilidades de alcançarem melhores níveis de bem estar social.

Segundos dados da CONEVAL, pelo menos 48% daqueles que falam alguma língua indígena vivem em condições de exclusão educativa, graças a falta de atenção e as deficiências das políticas que deveriam garantir uma educação bilingue de qualidade para estes povos e comunidades, visando cumprir, por um lado, o direito a preservação da língua materna, e simultaneamente, gerar maiores condições de bem estar social, de não discriminação e inclusão.

Como em outras regiões do mundo, seus territórios também estão ameaçados por megaprojetos de mineração, implantação de hidrelétricas, parques eólicos e agora de Fracking (fractura hidráulica).

CONT.



Os Kaiowás de Rio Pardo

A tribo dos Kaiowás em Rio Pardo, no estado do Mato Grosso (Brasil), são um exemplo de povo indígena que quer permanecer isolado por causa dos abusos que se tem cometido contra eles. A Funai estima que apenas 50 deles querem (podem) ser atualmente "incluídos".

Este grupo nunca permanece durante muito tempo no mesmo lugar, sempre fugindo dos madeireiros e outros intrusos interessados em suas terras. Por isso, estão deixando de ter filhos e continuam vivendo apenas da caça e da pesca, já que não podem fixar um "endereço" e cultivar suas terras, segundo explica o Movimento 'Survival International'.

Suas terras não tem sido protegidas e sua sobrevivência como povo esta seriamente ameaçada. Sua selva está sendo literalmente invadida, especialmente por madeireiros, muitos dos quais operam a partir de Colniza, uma das cidades mais violentas da fronteira do Brasil, localizada numa das regiões mais desmatadas da Amazônia.

Los Korubos do Vale do Javari

Já a fronteira entre o Brasil e o Perú, conhecida como Vale do Javari, abriga sete povos indígenas já contatados e outros sete não contatados e é uma das regiões de maior concentração de povos indígenas isolados do Brasil.

Nesta região, as doenças mortais contraídas através do contato com "estrangeiros" estão dizimando os grupos indígenas já contatados e teme-se que estes possam transmitir aos grupos isolados o que trará trágicas consequências.

Reserva do Salitre

Já a Reserva de Salitre que esta situada no sul da Costa Rica é outro lugar de permanente conflito entre indígenas e terratenientes, como são conhecidos os 'finqueros blancos', que teimam em atacar os indígenas para "conquistar" suas terras.

Neste local, aconteceu na semana passada um novo enfrentamento quando um grupo de La semana pasada se produjo un nuevo 'finqueros blancos' chegaram a Buenos Aires de Puntarenas com armas para expulsar a força de suas casas, incendiando seus ranchos. O Governo da Costa Rica assegurou que "tentará" garantir a integridade física dos indígenas e proteger suas terras.

Finalizando um breve raio x da situação na região, atualmente, no Amazonas tanto os Kayapo e Waiapi do Brasil, os Yanomami do Brasil e da Venezuela, os Quichua e Shuar de Ecuador, os Ashaninka do Perú y os Aymara de Bolivia enfrentam lutas similares em defesa de suas terras.

Segundo a ONU, o crime de genocídio se define como "infligir deliberadamente um grupo a ameaças de morte com a intenção de destruí-lo, total o parcialmente". Poucos sabem, mas muitos dos povos indígenas da América Latina se encontram nesta situação. Ou seja, mais de 500 anos depois, o genocídio indígena continua na América Latina e no Caribe.



Para sensibilizar governador, indígenas relatam acidentes em rodovia

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.07.2014

Sobrevivente de acidente na Perimetral Norte, o morador da aldeia Bororó, Ramão da Silva, 64 anos, tem até hoje sequelas do dia 17 de novembro de 2013, quando a corrente de sua bicicleta travou no meio da via e ele foi atingido por uma carreta. "Tive várias fraturas e cheguei a ficar 18 dias internado no Hospital da Vida", conta Ramão ao mostrar uma das mãos que tem dificuldade motora.

Para sensibilizar as autoridades, Ramão e outros indígenas que já sofreram acidentes na Perimetral, em Dourados, distante 233 quilômetros de Campo Grande, participam de reunião com o governador André Puccinelli (PMDB), nesta manhã. Representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio) acompanham o encontro.

Depois de acidente no domingo (20), que matou Lenilza Nunes Fernandes, 46 anos, os índios das aldeias Bororó e Jaguapiru bloqueiam há quatro dias parte da rodovia, no trecho entre a avenida Guaicurus e a rodovia MS-156, reivindicando sinalização.

Cinco indígenas já morreram vítimas de atropelamento no trecho somente neste ano, de acordo com o cacique da Jaguapiru, Laucídio Flores. As comunidades reivindicam ainda redutores de velocidade e a colocação de placas que informem que nas margens da rodovia estão situadas aldeias indígenas. "Ali naquele trecho não tem nenhum tipo de sinalização, só que é proibida a ultrapassagem e nossas comunidades esperam uma solução do Governo hoje para esse problema", disse o cacique.

Viúvo de Lenilza, que morreu na segunda-feira (21), após ficar um dia internada na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), Valdemir Almeida, 31 anos, conta que os moradores têm muito medo de atravessar a via, mas é preciso pois do outro lado da rodovia tem um mercado. "Ali é o único caminho, o tráfego de veículos é intenso, mas nós não temos outra alternativa. Os carros chegam a passar por ali a 150 quilômetros por hora", afirma.

Interdição - A rodovia permanece interditada com pedaços de galhos e madeiras. Homens da Força Nacional estão no local orientando os motoristas. O secretário municipal de Governo, José Jorge Filho, esteve na segunda-feira (21) no local, em nome do prefeito Murilo Zauith (PSB), para negociar a liberação da via, mas não teve sucesso.



Terras indígenas têm menor índice de desmatamento na Amazônia Legal

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.07.2014

Índice verificou que áreas comandadas por índios representaram apenas 1% do total de desmatamento verificado em junho

As terras indígenas (TI) têm apresentado o menor índice de desmatamento da Amazônia Legal. Em junho, o índice representou apenas 1% do total de desmatamento verificado na região amazônica. Os dados são do Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal. De acordo com o relatório, nas áreas privadas, o desmatamento de junho foi de 59%. O restante foi registrado em unidades de conservação (27%) e assentamentos de reforma agrária (13%).

Além do modo como as comunidades indígenas exploram os recursos naturais e protegem seus territórios, esse resultado está ligado ações de vigilância, fiscalização, prevenção de ilícitos e conflitos em terras indígenas, e gerenciamento de informações de monitoramento territorial e ambiental.

Entre 2008 e 2012, dados do Projeto Prodes, demonstraram que a taxa de desmatamento em terras indígenas da Amazônia Legal foi decrescente ao longo dos anos analisados, girando em torno dos 20% ao ano. Em 2012, verificou-se o maior percentual (22%) de diminuição da taxa de desmatamento em TIs dos últimos cinco anos. O Prodes é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), para monitoramento por satélites do desmatamento na Amazônia Legal e produção de informações governamentais sobre as taxas anuais de desmatamento na região.

Números demonstram que na TI Maraiwatsédé (MT), por exemplo, o desmatamento foi reduzido em 70%, passando de 24,5 km² em 2011 para 7,4 em 2012. Na TI Awá (MA) a redução também foi expressiva, caindo de 15,2 km² em 2011 para 4,4 em 2012. Os resultados são decorrentes das operações de desintrusão do Governo Federal, e ações de fiscalização realizadas pela Funai.

As TIs mais desmatadas estão localizadas nos estados do Pará (PA), Rondônia (RO), Mato Grosso (MT) e Amazonas (AM). No período avaliado, 75% das terras indígenas mais desmatadas apresentam algum tipo de situação de vulnerabilidade específica, tais como empreendimentos de infraestrutura, situação sub judice e/ou ocupação não-indígena. Em 2013, as ações de monitoramento territorial da Funai foram realizadas nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento.

Os dados do Prodes também apontam que 57% da floresta remanescente na Amazônia Legal estão localizados em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, e estas áreas apresentaram taxas de desmatamento bem inferiores a outras áreas, sendo que as terras indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

apresentaram desmatamento médio inferior às Unidades de Uso Sustentável e superior às Unidades de Proteção Integral.

Ações realizadas em parceria

Nos últimos anos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) também vem apoiando as ações de fiscalização coordenadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Departamento de Polícia Federal. Em 2013, por exemplo, houve continuidade das operações de retirada de não-indígenas das TIs Apyterewa e Maraiwatsédé, além da capacitação em proteção às terras indígenas.

Ainda em 2013, foram executadas diversas ações visando fortalecer o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de estratégias articuladas, principalmente entre a Funai e o Centro Especializado do Prevfogo/Ibama. Neste sentido, cerca de 400 indígenas, em nove estados do país, participaram de cursos de capacitação de brigadistas, com a implementação de 18 novas Brigadas Federais para atuarem contra incêndios florestais nas terras selecionadas. Esses cursos valorizam os conhecimentos tradicionais e promovem o diálogo intercultural acerca das práticas de manejo do fogo, com o objetivo de minimizar os impactos desses eventos sem, contudo, desconsiderar as práticas tradicionais.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



Porque Retomamos a Aldeia Sol Nascente, na Terra Indígena Jaraguá

SÍTIO CEDEFES, 23.07.2014

Informamos a todos que nós, Guarani do Jaraguá, retomamos antiga aldeia conhecida como Sol Nascente, que está localizada na Terra Indígena Jaraguá, como forma de protesto e reação contra a decisão que determinou a saída de mais de quinhentos guaranis da aldeia tekoea pyau, que também faz parte da área já reconhecida como de ocupação tradicional do nosso povo pela FUNAI.

A aldeia Sol Nascente é chamada por nós de Tekoea Itakupe, e se localiza do outro lado do Pico do Jaraguá em relação à aldeia Tekoea Pyau, de onde a Justiça dos Brancos parece querer nos expulsar. Nossos parentes já haviam reocupado o Sol Nascente em 2005, quando um não indígena entrou com mais um processo de reintegração contra nós e conseguiu naquela época nos retirar dali. Decidimos então confiar na lei dos brancos, e esperar o processo de reconhecimento dos limites constitucionais da Terra Indígena Jaraguá para retornar ao Sol Nascente.

Porém, resolvemos não mais esperar por conta da decisão genocida do Juiz Clécio Braschi, que deu o prazo de 27 de Julho para que todas as nossas crianças e adultos fossem expulsos do tekoea pyau, única área que nos restava e onde nos espremiávamos até hoje esperando a Justiça dos brancos.

Dessa forma, agora pela força da nossa própria luta, retomamos o Tekoea Itakupe/Sol Nascente, e começamos o processo de auto-demarcação da Terra Indígena Jaraguá, pois não vamos deixar que os brancos nos expulsem na nossa terra tradicional e também não vamos aceitar ficar confinados na área minúscula onde estamos. Já estamos plantando nessa área, para garantir os cultivos que usamos nos nossos rituais que se iniciam em agosto. Sabemos que os brancos tentarão a reintegração de posse contra nós também no Sol Nascente, mas resistiremos até o fim, como resistimos no tekoea pyau.

Informamos que pela força de Nhanderu Tenonde, tivemos a boa notícia de que o Juiz Substituto Alessandro Diaferia suspendeu temporariamente os efeitos da decisão de reintegração de posse no tekoea pyau, decisão que ainda será avaliada pelo Desembargador André Nekatschlow, relator do caso, quando ele voltar de férias.

Não temos mais prazo para ser expulsos da nossa terra tradicional, mas também não temos ainda a garantia da demarcação.

Por isso, convidamos a todos para comparecer no dia 25/07 em frente ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, às 15h, para continuar a luta pelos nossos direitos originários e pelo futuro de nossas crianças.

Nosso ato no dia 25/07 passa a ter como pautas centrais:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 126 / 2014

Brasília, 23 de julho de 2014.

- A garantia pelo Desembargador André Nekatschalow da manutenção da posse dos mais de quinhentos parentes que habitam a aldeia Tekoa Pyau, na Terra Indígena Jaraguá
- A garantia pela Justiça Federal da manutenção da posse dos nossos parentes que habitam a aldeia Tekoa Itakupe, Sol Nascente, também na Terra Indígena Jaraguá
- A imediata assinatura das Portarias Declaratórias das Terras Indígenas Jaraguá e Tenondé Porã, pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.
- O fim da paralisação das demarcações de terras indígenas em todo o país.

Aguyjevete pra quem luta!!!

#ojaraguáéguarani
#assinalogocardozo
#contraodespejonotekoapyau
#contraodespejonotekoaitakupe

Fonte:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.708613362539223.1073741852.548705488530012&type=1>



Servidores da Sercomtel, de Londrina, vão ajudar aquecer inverno dos índios
SÍTIO O DIÁRIO/LONDRINA, 23.07.2014

As famílias da Reserva Indígena Apucarantina, em Tamarana (55 km de Londrina), terão o inverno aquecido a partir desta quinta-feira (24). O Comitê da Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, empresa de Londrina, vai entregar, a partir das 9h, 500 cobertores para os índios.

A ação será promovida na escola que funciona na reserva. O material foi adquirido pelos servidores em uma iniciativa que já chega ao 12º ano de realização. A tradicional doação visa melhorar as condições das famílias de baixa renda na época mais fria do ano.